RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2018



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA EM CABO VERDE | 2018

Banco de Cabo Verde

Cidade da Praia

2019

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
http://www.bcv.cv

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Índice

Avaliação Global 6
Capítulo 1. Enquadramento Internacional 8
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas 13
2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras 13
Caixa 1: A *Performance* do Sector Financeiro em 2018 22
2.2. Política e Situação Orçamental 24
Capítulo 3. Oferta e Procura 30
Caixa 2: Estimativa da Produtividade Total dos Fatores para Cabo Verde 37
Capítulo 4. Mercado de Trabalho 41
Capítulo 5. Inflação 45
Caixa 3: Determinantes da Inflação: *Inflação e Output Gap em Cabo Verde* 47
Capítulo 6. Contas Externas 51
Anexo Estatístico 57

Índice de Figuras

Figura 1. Economia Mundial 8
Figura 2. Indicadores Selecionados do Enquadramento Externo da Economia Nacional 10
Figura 3. Transmissão Monetária em Cabo Verde 13
Figura 4. Receitas e Despesas do Estado 27
Figura 5. Dívida do Sector Público e Sector Empresarial do Estado 29
Figura 6. Produto Interno Bruto, a preços do ano anterior, pelas Óticas da Oferta e Procura . 30
Figura 7. Rendimento Disponível Nominal das Famílias e Indicadores de Confiança 33
Figura 8. PIB *per capita* e PIB Potencial 35
Figura 9. Emprego e Crescimento Económico 42
Figura 10. Evolução da inflação homóloga do país e dos principais parceiros comerciais 46
Figura 11. Principais Rubricas da Balança Corrente 51
Figura 12. Rendimentos e Transferências Unilaterais 53
Figura 13. Principais Componentes da Balança Financeira 54

Índice de Quadros

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos 7
Quadro 2. Situação Monetária 17
Quadro 3. Principais Indicadores Orçamentais 25
Quadro 4. Principais Indicadores de Recenseamentos Empresariais 36
Quadro 5. Comércio Externo de Bens e Serviços 52

Avaliação Global[1]

A economia nacional registou uma assinalável dinâmica em 2018 para a qual contribuíram, principalmente, a política orçamental de consolidação das receitas e visando a melhoria do ambiente de negócios, bem como a procura externa crescente.

O contínuo fortalecimento da confiança dos agentes económicos (de empresários, consumidores e banca), suportado por expetativas positivas quanto aos riscos macroeconómicos, contribuiu, igualmente, para o desempenho mais conseguido da economia nacional, numa conjuntura de aumento moderado de pressões inflacionistas e de redução líquida de empregos.

Análises tecnicamente robustas mostram, entretanto, que o potencial de crescimento da economia está constrangido por níveis relativamente baixos da produtividade total dos fatores. Por conseguinte, a sustentação da dinâmica da atividade económica, nos níveis de 2018, e a expansão do produto potencial requerem a contínua implementação de políticas estruturais visando fortalecer e incentivar as iniciativas empresariais, densificar a estrutura produtiva, diversificar a produção, aumentar a empregabilidade da população em idade ativa e a capacidade exportadora do país.

Ainda, o reforço da estabilidade macrofinanceira, uma condição necessária para a sustentabilidade do crescimento económico, requer um contínuo esforço de redução de riscos na gestão das finanças públicas, que poderá passar pela contenção das despesas obrigatórias, bem como de melhoria do balanço dos bancos e da eficácia dos mecanismos de transmissão monetária.

Tendo presente os desafios conjunturais e estruturais da economia nacional, e no quadro das suas atribuições, a atuação do Banco de Cabo Verde, em 2018, esteve alinhada com os objetivos de garantir a estabilidade macroeconómica, o aprimoramento dos sistemas de pagamentos e o reforço da resiliência do sector financeiro.

[1] Análise elaborada com estatísticas e indicadores disponíveis a sete de junho de 2019.

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2014	2015	2016	2017	2018
I. Sector Real						
Produto Interno Bruto	variação real em %	0,6	1,0	4,7	4,0	5,5
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	-0,2	0,1	-1,4	0,8	1,3
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2
II. Sector Monetário Cambial						
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	22,2	13,4	18,6	2,3	-6,5
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	21,1	7,8	19,4	-4,3	2,0
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	2,8	2,2	3,7	6,3	2,9
Crédito à Economia	taxa variação em %	0,2	2,7	3,6	7,5	2,8
Massa Monetária	taxa variação em %	7,8	5,9	8,4	6,6	1,6
Índice de Câmbio Efetivo Nominal	2001=100; valores médios	104,5	102,4	102,7	103,0	103,5
Índice de Câmbio Efetivo Real	2001=100; valores médios	114,0	131,8	129,7	128,7	128,7
III. Sector Externo						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-8,6	-2,2	-3,1	-6,8	-4,6
Balança Corrente	em % do PIB	-9,0	-3,4	-3,8	-7,7	-5,4
Reservas / Importações	meses	5,4	6,7	7,2	5,9	5,6
Posição do Investimento Internacional	em % do PIB	-152,0	-154,3	-153,4	-151,9	-145,7
IV. Finanças Públicas						
Saldo Global	em % do PIB	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1	-2,6
Saldo Primário	em % do PIB	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5	-0,1
Dívida Pública	em % do PIB	115,9	126,0	127,7	126,6	123,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Notas: Os dados das contas nacionais, externas e públicas estão sujeitos à atualização.
O Índice de Câmbio Efetivo Nominal (TEN) está definida como média geométrica das taxas de câmbio nominais bilaterais da moeda doméstica relativamente à moeda dos países parceiros. Um aumento da TEN representa uma apreciação nominal do escudo de Cabo Verde. A Taxa de Câmbio Efetiva Real (TER) é calculada deflacionando a TEN, utilizando a inflação nacional e a dos principais parceiros. Note-se que, em março de 2015 o ano base de cálculo do Índice Harmonizado do Preço do Consumidor da Área do Euro e do Índice de Preço do Reino Unido foi alterado, passando de 2007 para 2015. Em consequência os dados anteriores a 2015 não são totalmente comparáveis com os posteriores.

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

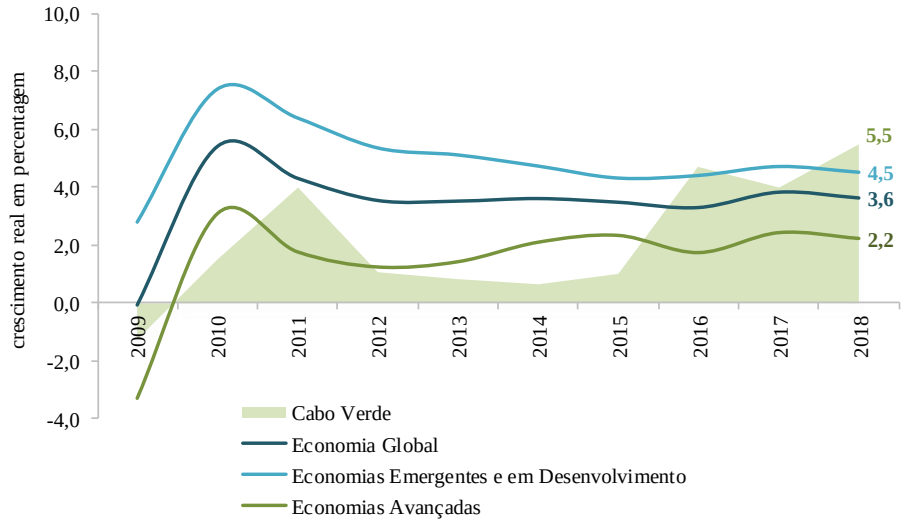
O enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi marcado, em 2018, pelo enfraquecimento do crescimento global, afetado, em larga medida, pela escalada de tensões comerciais entre as duas maiores potencias económicas mundiais – EUA e China, pela disrupção do sector automobilístico da Alemanha e pelo aperto da política de crédito na China, bem como pela restrição das condições financeiras a nível global, em resultado da estratégia de normalização da política monetária de grandes economias avançadas.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o PIB mundial cresceu 3,6 por cento, menos 0,2 pontos percentuais que em 2017. De notar que, o crescimento do PIB mundial acelerou em 2017 (em 0,5 pontos percentuais, para 3,8 por cento), devido a *performances* favoráveis de quase todas as regiões.

O contexto externo continuou a favorecer a economia nacional, entretanto e não obstante o abrandamento do ritmo de crescimento do principal parceiro económico do país, assim como do principal mercado turístico nacional.

Por conseguinte, a melhoria consistente das condições nos mercados de trabalho dos principais parceiros do país e a manutenção dos seus custos de financiamento em níveis historicamente baixos continuaram a beneficiar as exportações nacionais, as remessas dos emigrantes e a realização de investimentos no país, apesar dos efeitos diretos e indiretos do aumento dos preços

Figura 1. Economia Mundial



Fonte: Fundo Monetário Internacional e Instituto Nacional de Estatística.

das matérias primas energéticas nos mercados internacionais terem sido determinantes para o aumento da inflação nacional.

De notar que o principal parceiro económico do país, a Área do Euro, cresceu 1,9 por cento em 2018, de acordo com as Estimativas do Eurostat, aquém do crescimento de 2,4 por cento estimado para 2017.

A moderação do crescimento da Área do Euro refletiu, em larga medida, a redução dos contributos das exportações e da formação bruta de capital fixo, numa conjuntura de arrefecimento do comércio global (em boa medida, resultante da política comercial dos EUA) e de condicionamento da produção industrial (devido a condições meteorológicas adversas no primeiro semestre do ano, ocorrência de numerosas greves em diversos países, introdução de novas normas de emissões de poluentes para os veículos automóveis, que afetou particularmente a produção alemã, e incertezas geradas por impasses na negociação da saída do Reino Unido da União Europeia).

O enfraquecimento da procura interna no espaço da moeda única europeia terá sido agravado pela deterioração do sentimento dos empresários e da confiança dos consumidores, apesar da contínua melhoria das condições no mercado de trabalho e das políticas macroeconómicas, em particular a monetária, terem mantido uma orientação essencialmente acomodatícia.

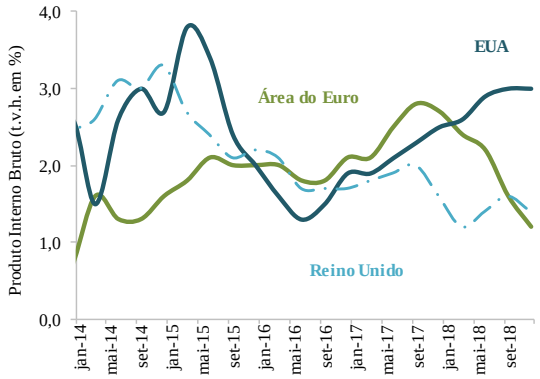
Registe-se que a taxa de desemprego na Área do Euro reduziu para 7,9 por cento em dezembro de 2018, valor mais baixo desde outubro de 2008. Refira-se ainda que, não obstante ter mantido as suas taxas de referência inalteradas desde 2016, o Banco Central Europeu deu sequência, ao longo do ano passado, à sua política de redução gradual das aquisições mensais de títulos do seu segundo programa de *quantitative easing*, que ficou concluído, conforme programado, em dezembro. No que se refere à política orçamental, os esforços de consolidação orçamental por Estados sobreendividados foram mantidos ou reforçados com uma maior arrecadação de receitas fiscais, enquanto outros Estados, em melhor situação financeira, puderam estimular a sua economia.

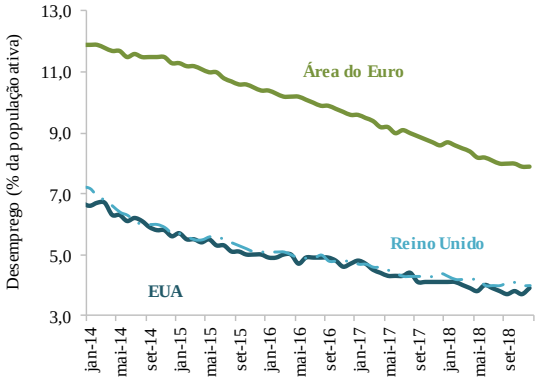
A *performance* económica dos EUA, outro importante parceiro do país, foi, por seu turno, mais consistente. O crescimento do PIB acelerou de 2,2 para 2,9 por cento, em larga medida estimulado por políticas orçamental e comercial adotadas, que se consubstanciaram na redução de impostos sobre os rendimentos de pessoas coletivas e singulares (respetivamente, de 35 para 21 por cento e em média em dois pontos percentuais), no aumento, entre outros gastos discricionários, de gastos na defesa e de direitos aduaneiros, principalmente sobre importações da China.[2]

[2] Refira-se que em abril de 2018 os EUA impuseram tarifas sobre o aço, alumínio e outros produtos (clínicos, de tecnologia industrial e transporte) importados da China, num montante que ascendia a 60 mil milhões de USD. As tarifas foram agravadas para 267 mil milhões de USD, em setembro, após a retaliação da China, que também impôs tarifas à importação de produtos agrícolas dos EUA. Em dezembro, os dois países acordaram uma trégua comercial de 90 dias, que deveria vigorar até março de 2019.

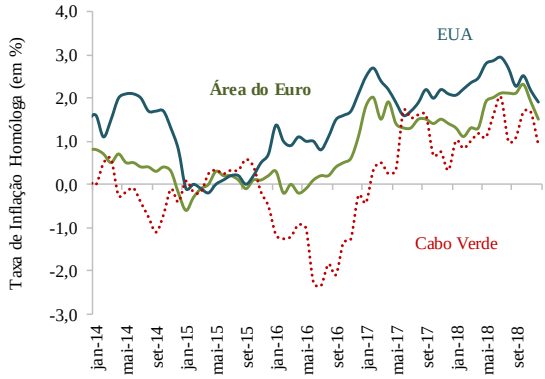
Figura 2. Indicadores Selecionados do Enquadramento Externo da Economia Nacional

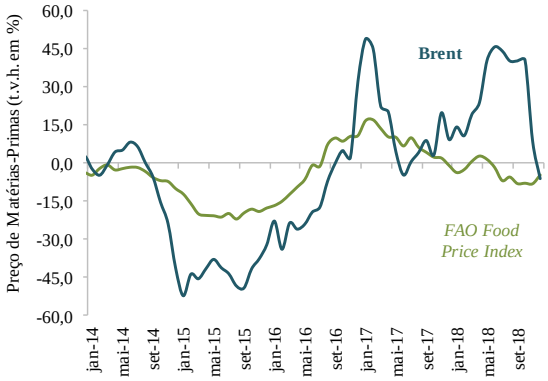
Produto Interno Bruto e Desemprego nos principais parceiros económicos do país



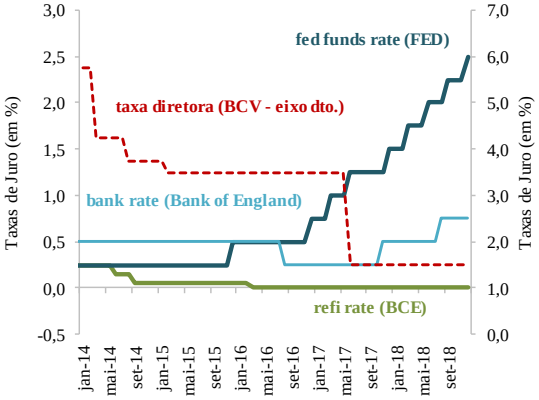


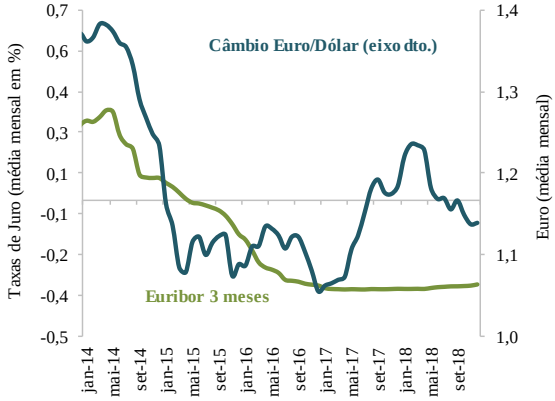
Preços no Consumidor dos EUA, Área do Euro e Cabo Verde e Preços das matérias-primas nos mercados internacionais





Taxas de Juro de Referência da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido e Taxa Euribor e Câmbio EUR/USD





Fonte: Eurostat; US Department of Labor; Officer for National Statistic; Federal Reserve; Bank of England; FAO; Bloomberg; Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde.
Nota: t.v.h. – taxa de variação homóloga.

Os estímulos orçamentais e comerciais terão impulsionado, por um lado, a formação bruta de capital fixo e as exportações e, por outro, traduziram-se num agravamento do défice orçamental para 3,8 por cento do PIB (3,4 por cento em 2017). Os estímulos comerciais foram, contudo,

insuficientes para conter a deterioração do défice comercial em 7,9 mil milhões para 59,8 mil milhões de dólares, nível mais elevado desde 2008.

A política monetária dos EUA, ao contrário da orçamental, manteve uma orientação anti-cíclica em 2018, numa conjuntura de crescimento sustentado do emprego e de aumento de pressões inflacionistas.

Prosseguindo a normalização da política monetária, o Federal Reserve (FED) aumentou a *fed funds rate* em quatro momentos ao longo do ano, fixando-a, em dezembro, no intervalo 2,25-2,50 por cento, e reduziu o limite de reinvestimento nos títulos adquiridos no quadro do seu segundo programa de *quantitative easing*.

O desempenho do principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde, o Reino Unido, foi o pior do grupo das economias parceiras do país. Penalizado por impasses nas negociações e incertezas que envolvem o seu processo de saída da União Europeia, o crescimento do PIB do Reino Unido abrandou de 1,8 por cento em 2017 para 1,4 por cento em 2018. Para a *performance* menos conseguida contribuíram, em larga medida, a diminuição dos contributos do investimento, das exportações e do consumo privado, num contexto de aumento de estímulos orçamentais, de redução do desemprego de 4,4 para 4,0 por cento entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018 e, no entanto, de deterioração da confiança dos empresários e consumidores.

As pressões inflacionistas e cambiais, que se mantiveram crescentes até meados do terceiro trimestre do ano, obrigaram o Banco de Inglaterra a elevar as taxas de juro de referência em 0,25 pontos percentuais em agosto de 2018. A política pró-cíclica foi compensada parcialmente, entretanto, pelo alargamento do programa *Asset Purchase Facility* do banco central, que passou a contemplar, além da compra da dívida pública até 435 mil milhões de libras, a aquisição de obrigações empresariais até 10 mil milhões de libras.

O grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, onde Cabo Verde está inserido, registou igualmente, pese embora a heterogeneidade dos desempenhos, um abrandamento do crescimento de 4,7 para 4,5 por cento, reflexo, em larga medida, dos impactos da tensão comercial entre os EUA e a China (entre os quais na confiança dos empresários e consequente alocação de recursos) e das idiossincráticas vulnerabilidades macrofinanceiras, ampliadas pelos efeitos da normalização da política monetária dos EUA.

A maior economia do grupo das economias emergentes, a chinesa, registou uma desaceleração do crescimento de 6,9 para 6,6 por cento, resultado combinado do endurecimento da regulamentação para restringir o *shadow banking* e, por conseguinte, reforçar a estabilidade macrofinanceira, e das tensões comerciais crescentes com os EUA. Quanto às restantes economias do grupo dos *BRIC*s, denotar que os produtos internos brutos da Rússia, Índia e Brasil cresceram, respetivamente, 2,3, 7,1 e 1,1 por cento, que comparam aos 1,6, 7,2 e 1,1 por cento de 2017.

O melhor desempenho da economia russa foi impulsionado pelas exportações líquidas, porquanto a procura interna, em particular os investimentos, foi condicionada pelas sanções impostas pelos EUA. O ritmo de crescimento da economia indiana desacelerou ligeiramente, reflexo de alguma contenção da procura interna, e o desempenho da economia do Brasil, que está a recuperar de uma recessão severa e prolongada, foi condicionado pelas incertezas políticas e pelos impactos das greves no sector dos transportes.

O PIB da África Subsariana registou um crescimento de 3,0 por cento (2,9 por cento em 2017), estimulado pelo melhor desempenho das suas maiores economias. De notar que o PIB da Nigéria cresceu 1,9 por cento (0,8 por cento em 2017), com o bom desempenho dos sectores agrícola e petrolífero, enquanto que a economia da África do Sul recuperou de uma recessão técnica, também impulsionada por uma maior dinâmica da agricultura, assim como da indústria transformadora. O desempenho da Africa Subsariana foi, entretanto, condicionado pelo enfraquecimento da procura global e aperto das condições financeiras, em função do aumento das taxas de juro nos EUA e da apreciação do dólar.

No que se refere à inflação, o preço de barril do petróleo de referência para Cabo Verde – *brent* aumentou 25,9 por cento em 2018, para o valor médio anual de 69,6 dólares dos EUA, impulsionado, sobretudo, pelo corte acima do programado da produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus parceiros, pelo anúncio e posterior efetivação de sanções impostas ao Irão pelos EUA e pela redução da produção pela Venezuela.

Ao contrário das matérias-primas energéticas, a evolução dos preços das *commodities* alimentares atenuaram as pressões inflacionistas domésticas decorrentes da redução da produção interna de frescos. Com efeito, os preços de bens alimentares que compõem o *food price index* da FAO contraíram 3,5 por cento em 2018, depois de terem aumentado 8,1 por cento em 2017, traduzindo a elevada disponibilidade para exportação de carnes, produtos lácteos, açúcar e óleos vegetais.

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

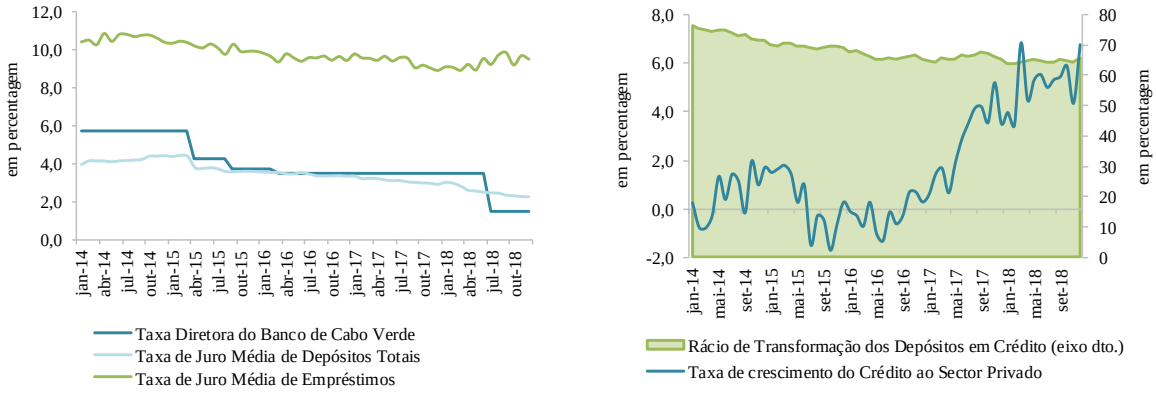
2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras

O contexto de reduzidas pressões inflacionistas e na balança de pagamentos favoreceu a manutenção, em 2018, do cariz acomodatício que vem caracterizando a política monetária do banco central desde 2013.

Em janeiro de 2018, o pacote de medidas de afrouxamento monetário foi acrescido da redução do coeficiente das reservas obrigatórias de 15 para 13 por cento, com o objetivo de atenuar os custos dos bancos com a constituição do Fundo de Garantia de Depósitos.[3]

As medidas implementadas desde 2013, nomeadamente, a redução das taxas de referência do banco central entre 315 e 425 pontos base e do coeficiente de reservas de 18 para 13 por cento, bem como a eliminação de limites (explícitos) à esterilização da liquidez, terão contribuído para a redução da taxa média aplicada nas operações de empréstimos de 11,04 por cento em abril de 2013 para 10,25 por cento em dezembro de 2018, assim como das taxas das operações de depósitos de 4,08 para 1,88 por cento. As medidas mencionadas terão também contribuído para um aumento do *stock* de crédito ao sector privado em cerca de 14.487 milhões de escudos, entre abril de 2013 e dezembro de 2018, equivalente a um crescimento médio anual de 2,4 por cento,

Figura 3. Transmissão Monetária em Cabo Verde



Fonte: Banco de Cabo Verde.

[3] O Fundo de Garantia de Depósitos foi criado em 2017 pela Lei n.º 07/IX/2017, com a finalidade de proteger os depositantes, contribuir para a manutenção da estabilidade do sistema financeiro e contribuir para a mitigação dos efeitos de uma eventual crise bancária. Todas as instituições de crédito autorizadas a captar depósitos e sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde participam obrigatória e automaticamente na constituição do fundo, até o valor de cinco por cento dos depósitos cobertos, num prazo máximo de 15 anos.

entre 2013 e 2018 e de 4,1 por cento desde 2016.[4]

O banco central, com a sua política, terá afetado a alavancagem da economia e a procura interna (através do canal do crédito).[5] Não obstante a persistência de elevados índices de excesso de liquidez no sistema financeiro, o legado do crédito mal parado no balanço e comportamento dos bancos, as características da procura de crédito (boa parte dos promotores padece de falta de contabilidade organizada e de demonstrações financeiras confiáveis, de acordo com os bancos) e o estádio de desenvolvimento do sector financeiro (com uma oferta de crédito muito concentrada em produtos tradicionais e dependente de hipotecas e avales) terão inviabilizado, a par de outros condicionantes aos negócios no país, uma descida mais consistente das taxas ativas e um aumento mais robusto do crédito ao sector privado.[6]

[4] As taxas aplicadas nos empréstimos acima dos seis meses registaram uma redução em termos médios de 0,6 pontos percentuais, de abril de 2013 a dezembro de 2018, enquanto as taxas de juro dos depósitos dos emigrantes reduziram em média 2,18 pontos percentuais, desde abril de 2013. Note-se que depois de ter registado uma média anual de crescimento na ordem dos 16 por cento entre 2000 e 2011, o crescimento do crédito ao sector privado reduziu para 0,6 por cento ao ano entre 2012 e 2015.

[5] O canal do crédito revelou-se mais eficaz, uma vez que a estabilidade do *funding* dos bancos foi assegurada com a manutenção de juros mais atrativos no país. O canal do crédito captura o impacto das alterações de política na oferta do crédito bancário. Para que o canal seja economicamente significativo, os empréstimos bancários e outras fontes de financiamento devem ser substitutos imperfeitos para as famílias e as empresas e os depósitos bancários e as outras fontes de financiamento devem ser substitutos imperfeitos para os intermediários financeiros.

[6] A procura de crédito também é afetada pelo reduzido mercado, pelos custos de contexto relativamente elevados, pela fraca capacidade dos empreendedores, se atendermos aos resultados do estudo, ainda a ser publicado, *MSMEs Financing Study*, elaborado no quadro do Projeto de Financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas do Governo de Cabo Verde.

Execução da Política Monetária

A execução da política monetária, no quadro do regime de controlo monetário indireto que prevalece no país, é feita com recurso às operações de *open market type*, à alteração das taxas de referência do BCV, bem como a alterações no coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa.

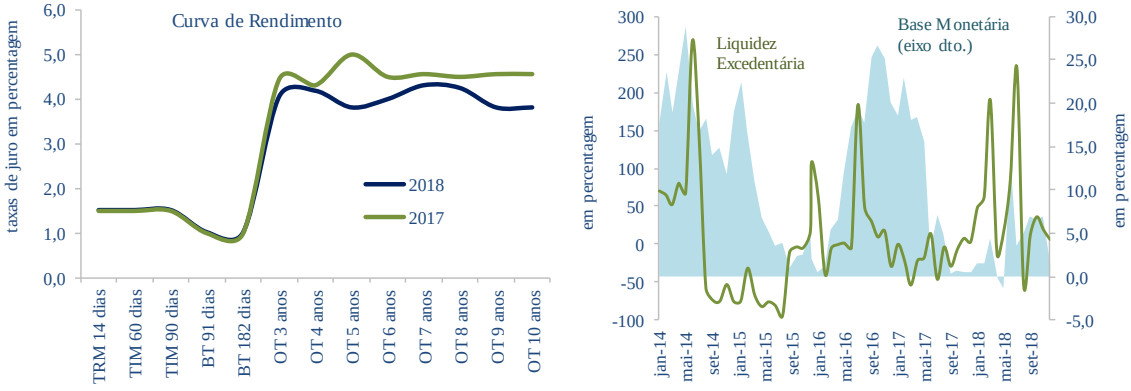
Em 2018, a execução da política monetária traduziu-se numa gestão monetária ativa, com a emissão de títulos de intervenção monetária (TIM) a 180 dias, para a esterilização gradual da liquidez excedentária, e de títulos de regularização monetária (TRM) a 14 dias, para a sinalização da orientação da política monetária.

Em consequência, o número de leilões de TIM ascendeu a 40 (12 em 2017), totalizando os 8.011 milhões de escudos. A taxa de juro dos TIM flutuou entre o mínimo de 1,375 por cento (de algumas emissões do primeiro semestre do ano) e o máximo de 1,5 por cento (que prevaleceu nas emissões do segundo semestre). Por sua vez, o valor emitido dos TRM, à taxa diretora (1,5 por cento), registou uma redução de 85 por cento para 1.297 milhões de escudos.

A par da sua participação nas operações de *open market type*, os bancos comerciais acederam às facilidades permanentes de absorção liquidez, efetuando depósitos *overnight*, num total anual de 4.183,6 mil milhões de escudos (o que corresponde a um aumento de quatro por cento face a 2017).[7]

A liquidez excedentária do sistema, em termos médios anuais, aumentou dos 1.339 para 1.886 milhões de escudos, impulsionada pelo aumento dos depósitos dos bancos comerciais no banco central, bem como pela redução do coeficiente de reservas mínimas de caixa. Com efeito, a procura de liquidez, medida pelo valor médio diário das disponibilidades mínimas de caixa, reduziu 0,2 por cento para 22.048 milhões de escudos (não obstante o aumento médio da base de incidência em 12,8 por cento), enquanto a oferta de liquidez, medida pelo saldo médio dos depósitos diários dos bancos no BCV, aumentou 2,1 por cento para 23.934 milhões de escudos.

Curva de Rendimento, Base Monetária e Liquidez Excedentária



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: TRM – Títulos de Regularização Monetária; TIM – Títulos de Intervenção Monetária; BT – Bilhetes do Tesouro; OT – Obrigações do Tesouro.

[7] Não se registaram operações de cedência de liquidez aos bancos comerciais desde 2011.

O aumento, tendencialmente simétrico do excesso de liquidez, também afetou o mercado monetário interbancário, cujo valor agregado das permutas de liquidez registou uma queda de 68 por cento, para 1.027 milhões de escudos (3.236 e 8.159 milhões de escudos em 2017 e 2016, respetivamente).

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

A oferta monetária expressa pelo agregado M2 (constituída por moeda em circulação, depósitos à vista, depósitos a prazo e de poupança e títulos do Tesouro em poder do público) registou, em 2018, uma desaceleração do crescimento de 6,6 para 1,7 por cento, reflexo, em grande medida, da diminuição dos ativos externos dos bancos comerciais (nomeadamente das aplicações em depósitos a prazo em 5.242 milhões de escudos) e da desaceleração do crescimento do crédito ao sector privado dos 6,8 por cento observados em 2017 para 1,9 por cento.

Se, por um lado, a evolução das disponibilidades sobre o exterior dos bancos refletiu a sua perspetiva de rentabilização da liquidez disponível (mais favorável à aplicações na economia nacional), o comportamento do crédito ao sector privado, por outro, traduziu, em larga medida, o efeito da liquidação do crédito concedido a um grande promotor turístico através de um sindicato de bancos nacionais.[8]

Note-se que os *stocks* de crédito às empresas públicas e aos particulares aumentaram respetivamente 25,5 e 2,5 por cento, depois de terem crescido 28,2 e 6,4 por cento em 2017, numa conjuntura de aumento de estímulos orçamentais e de implementação de mecanismos de partilha de riscos de crédito pelo Estado, através, nomeadamente, da assinatura do Protocolo do Ecossistema com os bancos e da criação da Pró-Garante.[9]

Quadro 2. Situação Monetária

	2016	2017	2018	2018
	Saldos em milhões de escudos			Contributos para a variação do M2 (p.p.)
Posição Externa	59.264,4	60.600,5	56.649,2	-2,2
Ativos Externos Líquidos do Banco de Cabo Verde	59.717,5	56.992,5	58.241,6	0,7
Crédito Interno Líquido	131.082,8	139.329,2	143.299,2	2,2
Crédito Líquido ao Sector Público Administrativo	30.684,6	31.431,3	32.342,3	0,5
Crédito à Economia	100.398,2	107.896,9	110.956,8	1,7
Massa Monetária	167.509,6	178.568,1	181.552,7	
Base Monetária	56.432,6	56.631,4	57.908,3	
Memo itens				
Inflação (var. média anual IPC em %)	-1,4	0,8	1,3	
Taxa de Câmbio Efetiva Real (t.v.h. em %)	-1,54	-0,76	-0,05	
Taxa Diretora do Banco de Cabo Verde (fim de período, em %)	3,50	1,50	1,50	
Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)	0,60	0,73	1,00	

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Notas: t.v.h.-taxa de variação homóloga; IPC-Índice de Preços no Consumidor. Um aumento da taxa de câmbio efetiva real sinaliza a perda de competitividade-preço do país e vice-versa.

[8] Expurgando o efeito do referido financiamento, o crédito ao sector privado e o crédito à economia cresceram, respetivamente, 4,4 e 5,3 por cento em 2018 (4,2 e 5,0 por cento em 2017).
[9] A Pró-Garante foi criada enquanto empresa pública, com um fundo de 10 milhões de dólares, para garantir até 80 por cento do valor dos investimentos de projetos elegíveis de valor até 40 milhões de escudos, em março de 2018. No quadro do

O crédito ao sector público administrativo, por sua vez, registou um aumento de 2,9 por cento (2,4 por cento em 2017), alinhado com a tendência das necessidades de financiamento do Estado e explicado pela preferência mais recente do Tesouro pela captação de fundos no mercado interno, através de emissões a prazo mais alargado - obrigações do Tesouro. O crédito bruto ao governo central aumentou, em resultado, cerca de 11 por cento, dois pontos percentuais acima do crescimento de 2017.

Em termos de componentes, a moderação da oferta monetária refletiu o comportamento dos passivos quase monetários, em particular a redução dos depósitos em divisas de residentes e dos depósitos a prazo dos emigrantes em 15,8 e 1,2 por cento, respetivamente. Os depósitos a prazo de residentes, contrariamente, registaram uma recuperação (cresceram 1,1 por cento) face à contração de 2017 (-3,3 por cento), enquanto o ritmo de constituição dos depósitos de poupança de residentes reduziu dos 13,2 por cento de 2017 para 9,6 por cento.

Protocolo de Ecossistema, assinada em abril de 2018, pelo Ministério das Finanças e as instituições de crédito de autorização genérica foi criada uma linha de crédito no montante de cinco mil milhões de escudos, para o financiamento mais favorável de micro, pequenas e médias empresas. No quadro do Protocolo, os investidores beneficiarão de uma taxa de juros inferior à estabelecida no quadro da análise de risco pelos bancos em um ponto percentual e beneficiarão de um desconto de 25 por cento no valor das comissões e outras despesas com o crédito. O Estado ainda garantirá 50 por cento do valor do crédito e bonificará os juros em 50 por cento.

A Política de Crédito dos Bancos em 2018

O Banco de Cabo Verde realiza trimestralmente um inquérito a seis bancos de autorização genérica, com o objetivo de obter informações detalhadas sobre as condições no mercado de crédito.

De acordo com os resultados dos inquéritos realizados em 2018, em termos médios globais face a 2017, registou-se uma redução muito ligeira da restritividade dos critérios de aprovação de empréstimos de curto e longo prazos a empresas. As melhores expetativas quanto à atividade económica e quanto ao desempenho de determinados sectores de atividade, bem como as pressões exercidas pela concorrência de outras instituições terão influenciado positivamente o comportamento dos bancos na aprovação dos empréstimos. Contudo, os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada e às garantias exigidas terão influenciado negativamente os critérios aplicados.

Os termos e condições gerais de concessão de empréstimos a empresas tornaram-se ligeiramente menos restritivos. Em termos específicos, destaca-se a menor restritividade aplicada no *spread* de empréstimos de risco médio, nas taxas de juro e comissões e outros encargos não relacionados com as taxas de juro. Em sentido contrário, entretanto, observou-se um ligeiro aumento do *spread* de empréstimos de maior risco. As pressões exercidas pela concorrência, bem como, em menor grau, a atenuação da perceção dos riscos, a redução dos custos de financiamento e de restrições de balanço terão influenciado positivamente os termos e condições. O nível de tolerância ao risco, por sua vez, continuou a influenciar negativamente os termos e condições dos contratos.

A proporção de pedidos de empréstimo de empresas rejeitados na íntegra (volume de empréstimos rejeitados em relação ao volume total de pedidos de empréstimo) aumentou ligeiramente.

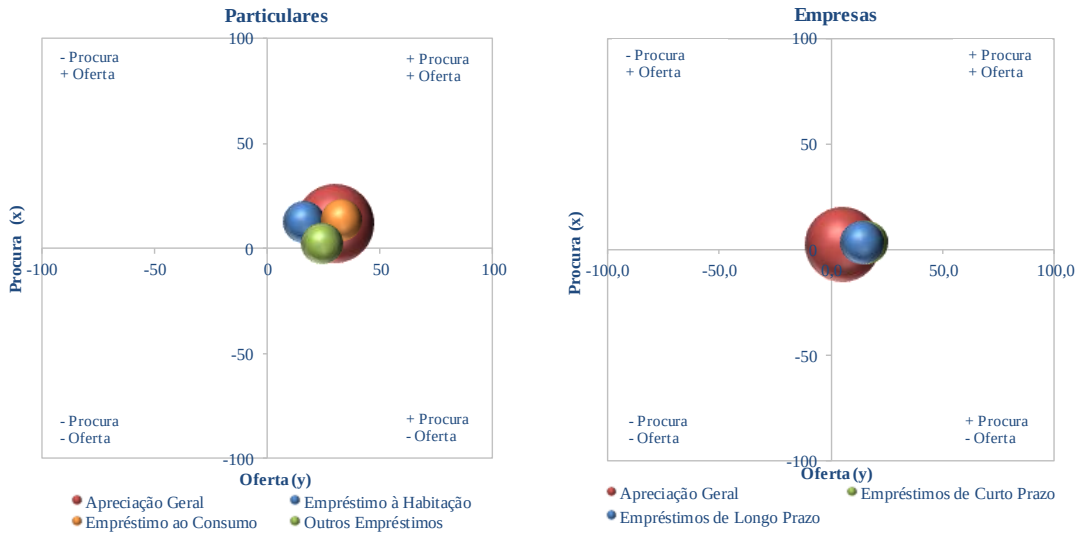
Em termos médios globais, a procura de empréstimos de curto e longo prazo por parte das empresas aumentou ligeiramente, impulsionada, principalmente, por maiores necessidades de financiamento de existências e fundo de maneio. Não obstante, a geração de fundos internamente pelas empresas terá contribuído para diminuir a procura.

Os critérios de concessão de empréstimos a particulares para aquisição de habitação tornaram-se, em termos médios globais, ligeiramente menos restritivos, sendo de destacar que a maior flexibilização dos critérios se deveu, sobretudo, às pressões exercidas pela concorrência, e às melhores perspetivas quanto à tendência da atividade económica e do mercado da habitação.

Observou-se igualmente uma ligeira redução da restritividade dos termos e condições gerais aplicados nos contratos de crédito à habitação. As condições mais favoráveis foram registadas sobretudo ao nível do *spread* dos empréstimos de risco médio, enquanto o *spread* aplicado em empréstimos de maior risco foi a única condição a registar um agravamento. As pressões exercidas pela concorrência continuaram a ser o principal fator a influenciar positivamente os termos e condições.

Quanto ao serviço da dívida, de acordo com os bancos, o emprego no sector formal, as condições salariais e o nível de endividamento dos clientes tiveram impacto positivo no seu cumprimento pelos particulares.

Índice de Difusão do Sistema Bancário 2018[10]



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A procura de empréstimos por particulares para aquisição de habitação aumentou ligeiramente, em termos médios globais, refletindo, principalmente, o nível das taxas de juro, o emprego e as condições salariais, bem como o aumento das despesas de consumo não relacionadas com a habitação. O recurso a empréstimos de outras instituições bancárias terá sido o único fator inibidor da procura individual dos bancos.

No segmento do crédito a particulares para o consumo, os critérios de aprovação de empréstimos tornaram-se, em termos médios globais, ligeiramente menos restritivos, refletindo, principalmente, as pressões exercidas pela concorrência e, em menor grau, as expectativas positivas quanto à atividade económica, a qualidade creditícia dos consumidores, a redução do incumprimento e menores custos de financiamento e restrições de balanço.

Os termos e condições gerais aplicados nos empréstimos ao consumo registaram uma redução muito ligeira da restritividade, nomeadamente em função do desagravamento ligeiro da restritividade nas garantias exigidas, no *spread* de empréstimos de risco médio e no montante do empréstimo, assim como do ligeiro agravamento do *spread* de empréstimos de maior risco. No que diz respeito a fatores, as pressões exercidas pela concorrência, o custo de financiamento e restrições de balanço e o nível de tolerância ao risco terão influenciado positivamente os termos e condições.

A procura de empréstimos ao consumo registou, em termos médios globais, um ligeiro aumento, sobretudo impulsionado pelo aumento das despesas de consumo de bens duradouros e pelo nível relativamente baixo das taxas de juro. Os empréstimos de outras instituições bancárias, por outro lado, terão suavizado as procuras individuais.

[10] O índice de difusão resulta das respostas dos bancos, ponderadas pela sua quota de mercado, e pode assumir valores entre -100 e 100. Quando o índice assume o valor 0 significa que nenhum dos bancos reportou alterações, quando atinge os valores 50 ou -50 significa que todos os bancos reportaram uma ligeira alteração (favorável ou desfavorável, respetivamente) e quando atinge os valores 100 ou -100 significa que todos os bancos reportaram uma significativa alteração na variável analisada (favorável ou desfavorável, respetivamente). Valores diferentes de -100, -50, 0, 50 e 100 surgem quando as respostas dos bancos não convergem todas num único sentido.
A Oferta (critérios de oferta de crédito) é apresentada no eixo dos yy e a Procura de Crédito no eixo dos xx. Assim, o deslocamento das esferas na horizontal representa as alterações na Procura, enquanto o deslocamento das esferas na vertical representa alterações na Oferta. O gráfico dispõe de quatro quadrantes que combinam a evolução da oferta e da procura.

Em termos médios globais, observou-se uma diminuição muito ligeira da restritividade aplicada na concessão de empréstimos para outros fins a particulares. As pressões exercidas pela concorrência de outras instituições bancárias terão influenciado os critérios no sentido do seu afrouxamento, enquanto o nível de incumprimento terá influenciado no sentido do seu agravamento.

Os termos e condições gerais de aprovação de outros empréstimos a particulares registaram uma redução muito ligeira da restritividade. O menor *spread* aplicado aos empréstimos de risco médio, bem como a menor restritividade aplicada na maturidade, nas garantias exigidas, no montante do empréstimo e nas comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro, refletiu as pressões exercidas pela concorrência. No entanto, o nível de tolerância ao risco, a perceção dos riscos e o custo de financiamento e restrições de balanço terão influenciado os termos e condições no sentido do seu agravamento.

A procura de outros empréstimos a particulares observou, em termos médios globais, um ligeiro aumento, justificado sobretudo pelas necessidades de financiamento do investimento, pela melhoria da confiança dos consumidores e por outros fatores.

O número de pedidos de empréstimos rejeitados na íntegra diminuiu muito ligeiramente no caso dos empréstimos à habitação, aumentou muito ligeiramente para os empréstimos ao consumo e manteve-se sem grandes alterações para os outros empréstimos a particulares.

Caixa 1: A *Performance* do Sector Financeiro em 2018

Os serviços financeiros evoluíram favoravelmente em 2018, reforçando o seu peso no produto interno bruto do país.

Com um peso preponderante no sistema financeiro nacional, o desempenho do sector bancário foi determinante para a aceleração do crescimento, em volume, do valor acrescentado dos serviços financeiros, de 8,1 por cento em 2017 para 8,7 por cento em 2018.[11]

Efetivamente, o ativo total do sector bancário nacional aumentou 3,2 por cento em 2018 (5,6 por cento em 2017), em função, em larga medida, do crescimento dos ativos em títulos, crédito e caixa e disponibilidades, respetivamente, 10,6, 3,1 e 10,3 por cento (9,5, 6,1 e 14,7 por cento em 2017). A evolução dos ativos dos bancos terá traduzido algum aumento da atratividade das aplicações internas de menor risco, conforme sugerem a redução dos seus depósitos a prazo no exterior (em 48 por cento) e a moderação do crédito concedido a clientes.

Os depósitos, principal fonte de financiamento dos bancos, registaram um crescimento de 4,3 por cento, menos 1,4 pontos percentuais que em 2017, reflexo da queda dos depósitos dos emigrantes a prazo e de poupança, bem como do forte abrandamento dos depósitos à ordem, quer dos residentes quer dos emigrantes. A captação do *funding* pelos bancos permaneceu sólida, entretanto, favorecendo a intermediação financeira.

Principais Indicadores da *Performance* do Sistema Financeiro

	Unidades	2016	2017	2018
I. Sector Bancário				
Produto Bancário	variação em %	0,2	12,5	12,7
Rácio de Solvabilidade	em %	15,5	17,3	16,2
Crédito em Incumprimento	em % do crédito total	15,5	14,5	12,9
Imparidades/Crédito com Imparidade	em %	58,3	64,1	71,0
Rentabilidade dos Ativos (ROA)	em %	0,3	0,5	0,3
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	em %	4,0	7,5	4,8
Ativo Líquido/Passivo de Curto Prazo	em %	29,0	26,6	25,5
II. Mercado de Capitais				
Emissão no Mercado Primário	em % do PIB	9,5	8,5	8,5
Transações no Mercado Secundário	em % do PIB	0,8	0,1	0,4
Capitalização Bolsista	em % do PIB	40,9	39,5	39,2
III. Sector Segurador				
Produto Segurador (carteira de prémios)	variação em %	5,9	6,5	5,8
Rácio de Solvência	em %	273,1	254,9	378,4
Grau de Cobertura das Provisões Técnicas	em % dos ativos representativos	122,4	118,5	125,7

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Dados sujeitos a atualização. Crédito em incumprimento definido de acordo com a Instrução Técnica n.º 150/2009 de 28 de dezembro.

[11] Para efeitos desta análise, no sector bancário não se inclui o Banco de Cabo Verde.

Os indicadores de solidez do sistema bancário continuaram a apontar para uma apropriada capacidade dos bancos suportarem choques nos seus balanços patrimoniais. O rácio de solvabilidade, embora decrescendo de 17 para 16 por cento, permaneceu acima do mínimo regulamentar de 12 por cento. A qualidade dos ativos foi fortalecida em 2018, com a redução do crédito em incumprimento (de 13,2 para 12,2 por cento) e o aumento da cobertura do crédito com imparidades pelas imparidades (de 64,1 para 71,0 por cento). Os indicadores de liquidez também permaneceram robustos, tendo o rácio do ativo líquido sobre passivos de curto prazo permanecido acima dos 25 por cento.

Os resultados do sector, entretanto reduziram, conforme atesta a diminuição da rendibilidade dos ativos (ROA) e da rendibilidade dos capitais próprios (ROE), respetivamente, em 0,3 e 2,7 pontos percentuais, justificada em larga medida pela internalização, por um banco, dos custos com o fundo de pensões por determinação judicial. Com efeito, os custos operacionais do sector registaram um aumento de 48,9 por cento (3,9 por cento em 2017), em resultado, principalmente, da duplicação dos custos com o pessoal do referido banco.

A atividade seguradora contribuiu, também, positivamente para a *performance* dos serviços financeiros. Em termos globais, o volume de prémios aumentou 5,8 por cento em 2018 (6,5 por cento em 2017), em resultado do crescimento verificado tanto no ramo Não Vida como no ramo Vida. De realçar, o aumento assinalável (na ordem dos 22 por cento) registado em 2018, dos prémios do ramo vida, em boa medida resultado da dinâmica do crédito bancário a particulares, num contexto em que o ramo não vida é preponderante.

Em relação à robustez financeira do sector, tanto o grau de cobertura das provisões técnicas por ativos como o rácio de solvência evoluíram favoravelmente, situando-se, respetivamente, em 125,7 e 378,4 por cento (118,5 e 254,9 por cento em 2017).

O contributo do mercado de capitais para a *performance* do sector financeiro, entretanto, reduziu em 2018. Não se registaram emissões de ações e obrigações de empresas. As operações no mercado primário cingiram-se às emissões de bilhetes do Tesouro, que reduziram 23,8 por cento para 3.635,6 milhões de escudos, e de obrigações do Tesouro, que aumentaram 61 por cento para 12.203,8 milhões de escudos.

A liquidez no mercado secundário, contrariamente a 2017, aumentou significativamente (de 155 para 791 milhões de escudos), impulsionada principalmente por transações de ações e, em menor grau, de obrigações de instituições financeiras.

As *performanc*es dos mercados primário e secundário traduziram-se numa redução de 0,3 pontos percentuais da capitalização bolsista, para 39,2 por cento do PIB.

2.2. Política e Situação Orçamental

O intuito de promover a melhoria do ambiente de negócios e, por conseguinte, a competitividade da economia nacional, bem como o contínuo reforço da eficiência e da eficácia tributárias, continuaram a orientar a política orçamental em 2018.

Neste quadro, do lado das receitas, o Orçamento do Estado para 2018 (OE 2018) estabeleceu, entre outras medidas: o aumento de direitos de importação de alguns produtos para a promoção da indústria nacional; a isenção de impostos na importação de veículos pesados de transporte de passageiros, de transporte exclusivo de turistas e bagagens e de transporte escolar com assentos igual ou superior a 30 lugares; a isenção do pagamento de taxas de emissão de licenças de pesca pelas embarcações de pesca artesanal até cinco toneladas.

Estabeleceu, por seu turno, como estratégia de sustentabilidade, a manutenção de medidas visando o alargamento da base tributária, nomeadamente através da redução da informalidade, o contínuo fortalecimento do processo de arrecadação e de combate à fraude e à evasão fiscal, entre as quais se destacam o reforço da atividade inspetiva, a consolidação do processo de declaração eletrónica, o maior controle dos benefícios fiscais e a restrição à subfacturação nas declarações aduaneiras.

Ainda, o Estado reduziu a taxa de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares na categoria mais baixa de rendimento, com finalidade redistributiva, e deliberou a isenção de impostos na importação, pelas autarquias locais, de veículos de recolha de resíduos sólidos urbanos, de proteção civil e bombeiros.

Do lado das despesas, também perspetivando a melhoria do ambiente de negócios no país, o programa de investimentos públicos continuou a privilegiar a melhoria e modernização das infraestruturas, a valorização e requalificação urbana e de centros históricos, a resolução dos problemas de transportes inter-ilhas e a facilitação do acesso ao financiamento. O Orçamento do Estado igualmente preconizou a melhoria da qualidade das despesas, nomeadamente através do reforço do controlo, fiscalização e transparência na prestação de contas pelo governo central e da otimização da gestão das empresas públicas.

As contas públicas melhoraram em 2018, tendo o défice global reduzido de 3,1 para 2,6 por cento do PIB. O melhor desempenho das contas públicas ficou a dever-se à redução dos investimentos públicos e ao contínuo aumento das receitas fiscais.

O ciclo económico teve um impacto positivo na evolução das finanças públicas, favorecendo a arrecadação dos impostos e a contenção do défice orçamental, contrariamente aos encargos com o serviço da dívida pública que tiveram um impacto negativo. Expurgando as despesas com os juros da dívida, o défice global (primário) diminuiu de 0,5 por cento do PIB em 2017 para 0,1 por cento do PIB em 2018.

Quadro 3. Principais Indicadores Orçamentais

	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
	em milhões de escudos			taxa de execução (%)			em % do PIB		
Receitas Totais	43.220	49.388	51.857	85,8	98,3	95,0	26,1	28,5	27,9
Receitas Fiscais	32.304	35.909	40.657	92,5	99,7	96,1	19,5	20,7	21,9
Donativos	3.955	6.152	2.575	62,4	111,7	75,4	2,4	3,5	1,4
Outras Receitas	6.906	7.267	8.550	76,0	83,4	97,7	4,2	4,2	4,6
Despesas Totais	49.018	54.749	56.727	82,5	98,5	94,1	29,6	31,6	30,6
Despesas com Pessoal	18.252	18.595	19.425	89,6	91,5	89,6	11,0	10,7	10,5
Aquisição de Bens e Serviços	6.770	6.506	7.185	69,0	80,8	78,0	4,1	3,8	3,9
Juros da Dívida	4.223	4.522	4.726	99,1	94,8	86,0	2,5	2,6	2,5
Ativos não Financeiros	5.040	9.665	8.194	52,9	122,6	107,2	3,0	5,6	4,4
Programa de Investimento	4.881	9.505	7.917	51,3	125,0	108,3	2,9	5,5	4,3
Saldo Global incluindo Donativos	-5.798	-5.361	-4.869				-3,5	-3,1	-2,6
Saldo Global excluindo Donativos	-9.752	-11.513	-7.444				-5,9	-6,6	-4,0
Saldo Primário incluindo Donativos	-1.594	-887	-236				-1,0	-0,5	-0,1
Dívida Pública	211.637	219.533	228.886				127,7	126,6	123,3

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com o Ministério das Finanças, as receitas orçamentais aumentaram cinco por cento, fixando-se em 51.857 milhões de escudos a 31 de dezembro de 2018, em boa medida impulsionadas, numa conjuntura macroeconómica favorável, pelos efeitos das reformas que vêm sendo implementadas para aumentar a eficiência e a eficácia na arrecadação de impostos, assim como em resultado dos regimes especiais de regularização de dívidas fiscais em vigor.

As receitas fiscais, por conseguinte, aumentaram cerca de 13 por cento, o que compara ao crescimento de 11 por cento de 2017, em função do crescimento dos tributos pagos sobre o valor acrescentado, sobre rendimentos de pessoas coletivas e sobre transações internacionais em 21,4, 27,5 e 7,0 por cento, respetivamente. [12]

O aumento dos rendimentos de propriedades (dividendos distribuídos pelas participadas do Estado) e das vendas de bens e serviços, respetivamente, em 87,5 e 9,4 por cento também contribuíram para o aumento das receitas orçamentais.

Os donativos, contrariamente, decresceram 58 por cento, depois de terem crescido sete por cento em 2017, devido à queda combinada dos donativos diretos, da ajuda orçamental e da ajuda alimentar em 87, 61 e 60 por cento, respetivamente. O comportamento dos donativos em 2018 é explicado, essencialmente, pelo término da execução do segundo compacto do Millenium Challenge Account e pelos efeitos de doações excecionais realizadas em 2017 para fazer face aos efeitos das chuvas torrenciais de 2016 e à seca de 2017.

As despesas públicas, por sua vez, aumentaram 3,6 por cento para 56.727 milhões de escudos,

[12] Os impostos sobre o rendimento de pessoas singulares decresceram 2,9 por cento, com a redução registada nas categorias de Rendimento do trabalho dependente e pensões e Rendimentos de capitais.

em resultado, principalmente, do aumento das despesas correntes em sete por cento (três por cento em 2017).

As despesas correntes foram impulsionadas, sobretudo, pelo aumento das despesas com pessoal, de outras despesas correntes, dos benefícios sociais e da aquisição de bens e serviços em 4,5, 27,7, 12,6 e 10,4 por cento, respetivamente.

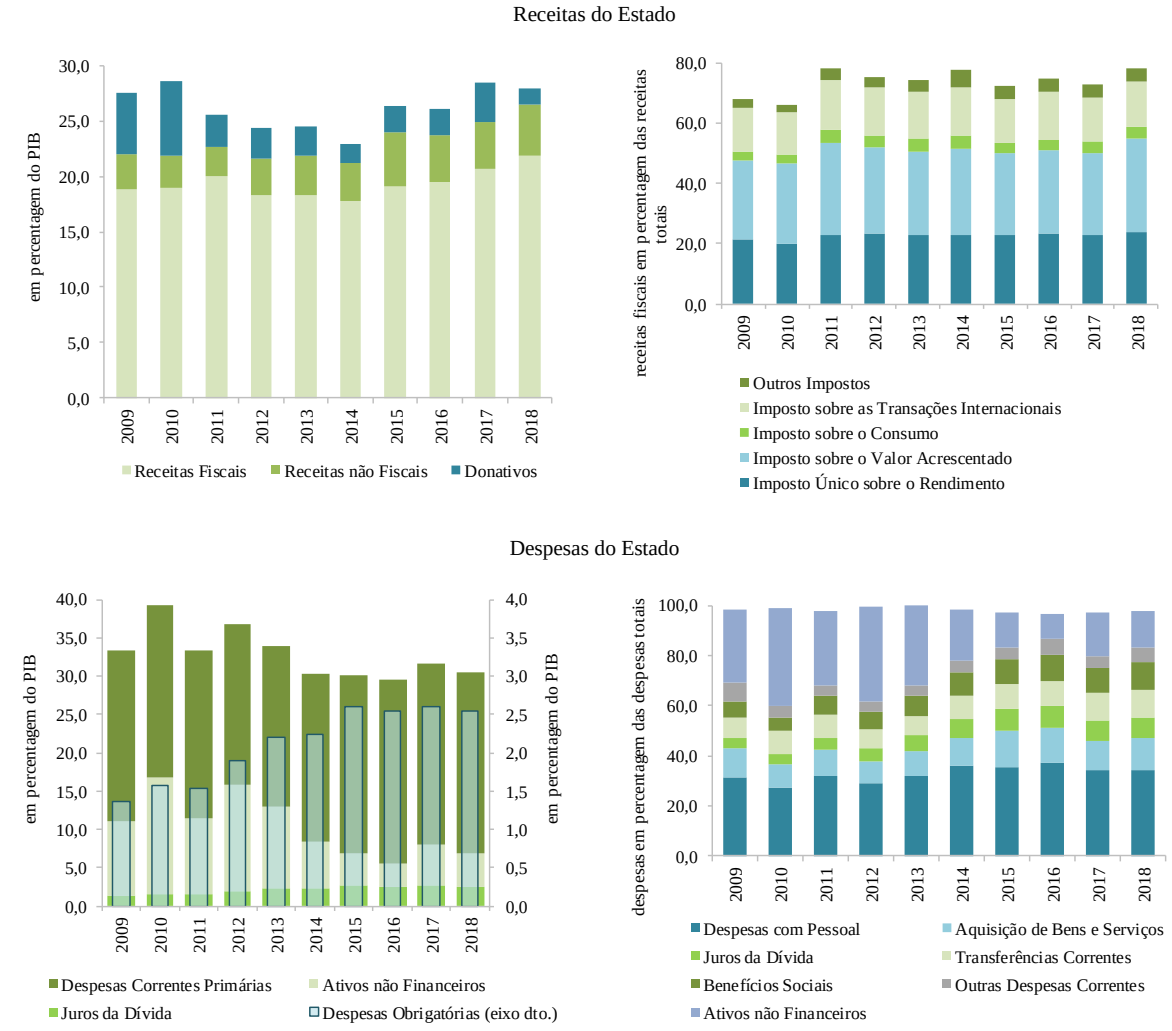
Os encargos acrescidos com a folha salarial traduziram os impactos de novos recrutamentos e de promoções e progressões na carreira com o respetivo pagamento de retroativos, bem como a implementação dos planos de carreira médica, de enfermagem e de docência. O aumento dos benefícios sociais resultou, por seu turno, do alargamento do número de pensionistas (dos regimes contributivo e não contributivo) e aposentados da administração pública e da adesão de funcionários ao regime de reforma antecipada. Entretanto, as outras despesas correntes foram impulsionadas pela regularização das contribuições para a segurança social que se encontravam em atraso, por gastos com o processo de bancarização das estruturas de saúde, pela restituição de impostos sobre valor acrescentado e sobre rendimentos e pelo pagamento de bonificações de empréstimos em atraso.

Os gastos correntes com a aquisição de bens e serviços alargaram, com a renovação e o aumento do parque automóvel, com o correspondente crescimento das despesas com combustíveis, assim como com o aumento das despesas de deslocações e estadias de parlamentares e a liquidação de faturas de serviços de comunicação em atraso.

Não obstante terem registado uma taxa de execução acima do orçamentado (107,2 por cento), as despesas com a aquisição de ativos não financeiros e, em particular, com a execução do programa plurianual de investimentos públicos diminuíram 15,2 por cento em 2018 (tinham aumentado 91,7 por cento em 2017). A contração do investimento público refletiu, essencialmente, o efeito associado à assunção da gestão pelo governo (central numa primeira etapa e pelos governos locais posteriormente) das habitações de classe A do *Programa Casa para Todos*, antes retrocedida ao IFH-Imobiliária Fundiária e Habitat, S.A..

As despesas de investimento público em 2018 foram canalizadas maioritariamente para projetos de reforço do ambiente de negócios e institucional (entre os quais os programas *Reformas Económicas e Estruturais, Cabo Verde Plataforma do Turismo, Recentragem Setorial e Capital Humano*) e, em menor proporção, para programas infraestruturais, como sejam *Infraestruturas Modernas e Seguras* e *Transformação da Agricultura*. A execução do programa pluri-anual de investimentos públicos concentrou-se, principalmente, no pilar economia (83 por cento do total, que compara aos 12 por cento do pilar social e cinco por cento do pilar capital humano).

Figura 4. Receitas e Despesas do Estado



Fonte: Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

As necessidades de financiamento do Estado, pese embora a melhoria das contas públicas, resultaram no aumento do *stock* da dívida pública, excluindo os títulos consolidados de mobilização financeira, na ordem dos quatro por cento, para 228,9 mil milhões de escudos (123,3 por cento do PIB).[13]

Para o financiamento das suas operações, o Tesouro recorreu maioritariamente ao sector bancário nacional (em 9.235,7 milhões de escudos), emitindo preferencialmente obrigações do Tesouro (em 7.985,5 por cento do total), e a credores multilaterais e bilaterais não residentes (em 6.201,9 milhões de escudos).

Apesar da preferência mais recente para o endividamento interno, a carteira do Estado continuou, em 2018, maioritariamente constituída por responsabilidades, com elevado grau de concessionalidade, contratadas junto a credores externos, multilaterais, bilaterais e comerciais (em

[13] O aumento do *stock* da dívida do Estado também ficou a dever-se ao aumento da dívida retrocedida às empresas públicas no montante de 1.645 milhões de escudos.

90 por cento do PIB), com vencimentos a médio e longo prazos.

A dívida de curto prazo do Estado representava apenas 0,7 por cento do PIB a 31 de dezembro de 2018 (0,9 por cento do PIB em 2017), sendo maioritariamente constituída junto aos bancos e outros credores residentes no país.

Os custos de financiamento do Estado aumentaram, do valor médio de 2,2 por cento em 2018 para 2,9 por cento em 2019, com o maior recurso ao endividamento interno e o aumento das taxas de colocação dos bilhetes de Tesouro de 0,79 para 1,00 por cento.

Numa perspetiva mais abrangente, de referir que os passivos contingentes do Estado aumentaram para cerca de 14 por cento do PIB (13 por cento do PIB em 2017), em função do aumento do *stock* da dívida das empresas públicas e autarquias locais, respetivamente, em cerca 16 e sete por cento, que comparam a crescimentos de 27 e quatro por cento de 2017).

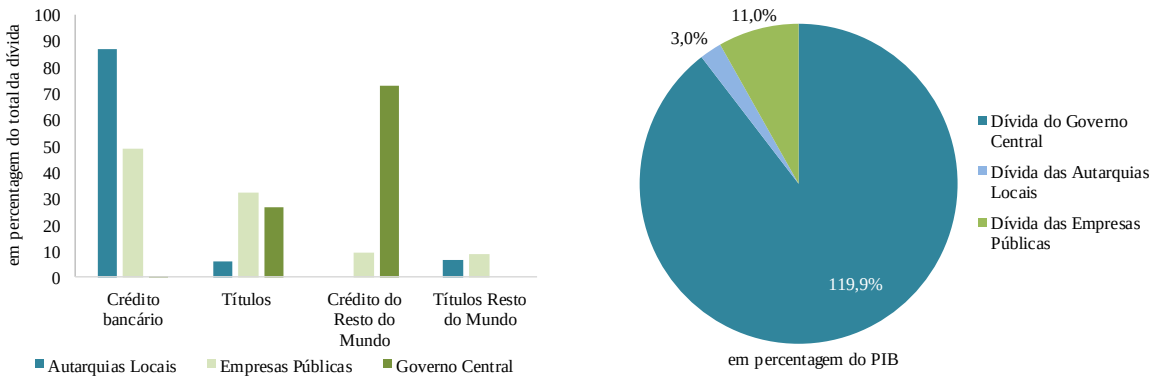
Quadro 4. Caracterização da Dívida do Estado

	2016	2017	2018
	em milhões de CVE		
Dívida Pública, excluindo TCMF	211 637,2	219 532,8	228 885,9
Dívida Interna, excluindo TCMF	52 972,7	56 606,6	61 790,0
Bancos Comerciais	31 804,9	34 645,7	39 091,4
Outros Sectores	21 167,8	21 960,9	22 698,6
Dívida Externa	158 664,6	162 926,2	167 095,9
Multilaterais	74 382,9	73 858,5	77 165,9
Bilaterais	35 986,9	39 548,1	40 410,3
Comerciais	48 294,7	49 519,7	49 519,7
	em percentagem do PIB		
Dívida Pública, excluindo TCMF	127,7	126,6	123,3
Dívida Interna	32,0	32,6	33,3
Bancos Comerciais	19,2	20,0	21,1
Outros Sectores	12,8	12,7	12,2
Dívida Externa	95,7	94,0	90,0
Multilaterais	44,9	42,6	41,6
Bilaterais	21,7	22,8	21,8
Comerciais	29,1	28,6	26,7
Indicadores de Solvência e de Liquidez*			
Valor presente da dívida externa em % do PIB (limite = 55%)	73,3	71,2	61,9
Valor presente da dívida externa em % das exportações (limite = 240%)	163,4	150,1	126,6
Serviço da dívida externa em % das exportações (limite = 21%)	6,5	7,3	6,8
Serviço da dívida total em % das receitas totais (limite =23%)	11,9	13,6	12,4

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do Banco de Cabo Verde e Fundo Monetário Internacional.

Nota: TCMF - Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.* Inclui dívida garantida pelo governo central.

Figura 5. Dívida do Sector Público e Sector Empresarial do Estado, por Entidade Devedora e por Tipo de Instrumento (2018)



Fonte: Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Nota: A Dívida do Governo Central exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira

A maioria das responsabilidades financeiras das empresas públicas, que ascenderam a 20.405,5 milhões de escudos em 2018, continuou constituída junto aos bancos nacionais, quer sob a forma de empréstimos (49,3 por cento), quer sob a forma de obrigações empresariais (32,5 por cento). A posição de dívida externa das empresas públicas, em empréstimos financeiros e dívida titulada, entretanto, aumentou para de 1,6 para 2,0 por cento do PIB.

O *stock* da dívida das autarquias locais fixou-se nos 5.581,02 milhões de escudos (3,1 por cento do PIB), em 2018. As autarquias locais continuaram a financiar-se sobretudo junto ao sistema bancário nacional, através de contratação de empréstimos (87 por cento do total). As autarquias, ao contrário das empresas públicas, reduziram o seu *stock* de dívida junto a não residentes, constituídas exclusivamente por obrigações na posse de instituições financeiras e não financeiras e particulares, de 0,24 para 0,21 por cento do PIB.

O nível elevado de endividamento do Estado, pese embora a sua tendência de redução face ao PIB, sustenta a avaliação, pelo Fundo Monetário Internacional, dos riscos subjacentes como elevado, apesar do baixo nível de encargos com o serviço da dívida. Neste contexto, o intuito de reduzir o risco de crédito do país e de criar espaço orçamental, capaz de acomodar eventuais choques exógenos e garantir a infraestruturação necessária para alavancar a competitividade e a resiliência da economia nacional, torna imperativo um contínuo esforço de consolidação orçamental. Para o efeito, além do contínuo fortalecimento da eficiência e da eficácia tributárias, a contenção das despesas obrigatórias torna-se necessária.

Capítulo 3. Oferta e Procura

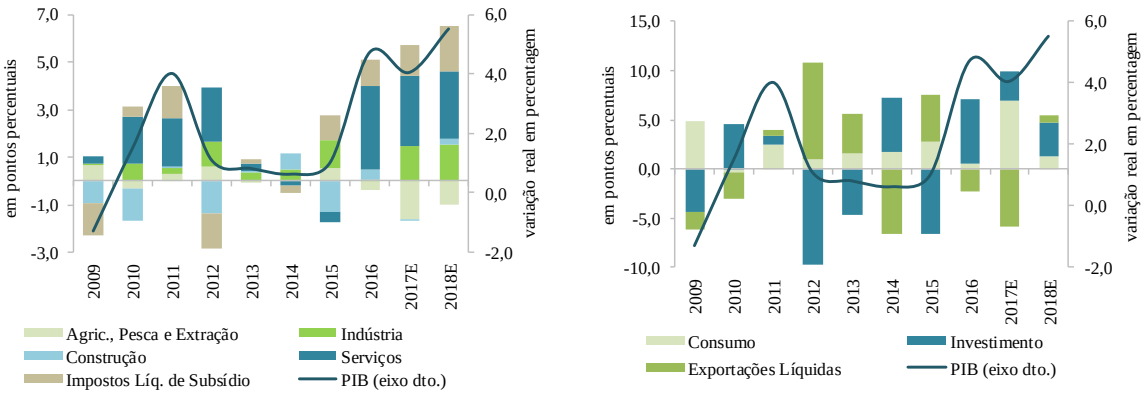
A atividade económica nacional registou uma assinalável dinâmica em 2018, favorecida pelo contexto externo de contínua melhoria das condições de financiamento e dos mercados de trabalho nos principais parceiros do país, pela conjuntura de contínuo fortalecimento da confiança dos agentes económicos e pela implementação de políticas macroeconómicas acomodatícias.

De acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia nacional registou um crescimento em volume de 5,5 por cento em 2018, depois de ter registado, em 2017, um abrandamento de 4,7 para 4,0 por cento.

O crescimento económico foi determinado, do lado da oferta, sobretudo, pela dinâmica do sector público (impostos líquidos de subsídios e administração pública) e pelos desempenhos positivos do comércio, indústria transformadora, imobiliária e outros serviços e eletricidade e água. De notar ainda uma recuperação importante da construção e uma redução do contributo positivo de alojamento e restauração.

Os sectores da agricultura, telecomunicações, transportes e serviços às empresas foram os cuja *performance* negativa, devido à seca e aos desafios operacionais e na estratégia de investimento, condicionou o melhor desempenho da economia nacional.[14]

Figura 6. Produto Interno Bruto, a preços do ano anterior, pelas Óticas da Oferta e Procura



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos Banco de Cabo Verde.

Nota: E – Estimativas do Instituto Nacional de Estatística.

[14] Refira-se que o sector das telecomunicações continuou a ressentir-se do uso massivo e crescente pelos utilizadores de serviços de comunicação e multimédia designados *over the top media services* com base em internet, e que o desempenho do sector dos transportes foi igualmente constrangido pelo período em que a Cabo Verde Airlines esteve sem efetuar voos devido a atrasos no processo de certificação de aeronaves.

A Atividade Turística em 2018

O sector do turismo teve um contributo positivo para o desempenho da economia nacional em 2018, não obstante a sua redução, reflexo da moderação da procura internacional (pese embora o crescimento significativo da atividade turística global) e da diminuição dos preços turísticos (em 0,4 por cento).

Com efeito, segundo a Organização Mundial do Turismo, a atividade turística global consolidou a sua *performance* favorável, em 2018, ao crescer cerca de seis por cento, impulsionada pelo ambiente económico favorável e pela forte procura dos principais mercados emissores de turistas (nomeadamente, da Rússia, França e Austrália). Em termos regionais, de sublinhar a desaceleração do crescimento da atividade turística no Norte de África (de 13 para dez por cento) e a aceleração na África Subsariana (de cinco para seis por cento).

A procura turística em Cabo Verde, medida em termos de dormidas, aumentou 6,7 por cento em 2018, menos 5,8 pontos percentuais que em 2017. A desaceleração da procura ficou a dever-se ao menor crescimento dos mercados do Reino Unido (em 3,6 por cento, que compara com o crescimento de 17,5 por cento em 2017) e dos Países Baixos (em 4,2 por cento, que compara com o crescimento de 10,6 por cento em 2017) e à contração expressiva do mercado italiano (-20,7 por cento, o que compara a 6,7 por cento de 2017).

De registar, entretanto, o fortalecimento da procura da Alemanha e da França, bem como do turismo interno, que cresceram, respetivamente, 13,1, 13,5 e 27,6 por cento (-0,5, 8,7, e 7,7 por cento em 2017).

Principais Indicadores do Turismo

	2016	2017	2018
Valor Acrescentado Bruto de Alojamento e Restauração (variação real)	6,7%	14,3%	4,5%
Entrada de Turistas Internacionais nos Estabelecimentos Hoteleiros	598.032	667.693	709.653
Número de Dormidas de Turistas Internacionais	3.964.293	4.038.856	4.759.544
Receitas de Viagens Internacionais (milhões de escudos)	36.405	41.469	42.916
Receitas de Viagens Internacionais *per capita* por dia em CVE (*)	9.183	10.268	9.017
Número de Camas Disponíveis	18.382	20.421	21.046
Taxa de Ocupação	55%	58%	59%
Duração da Estadia (n.º de noites)	6,2	6,2	6,2

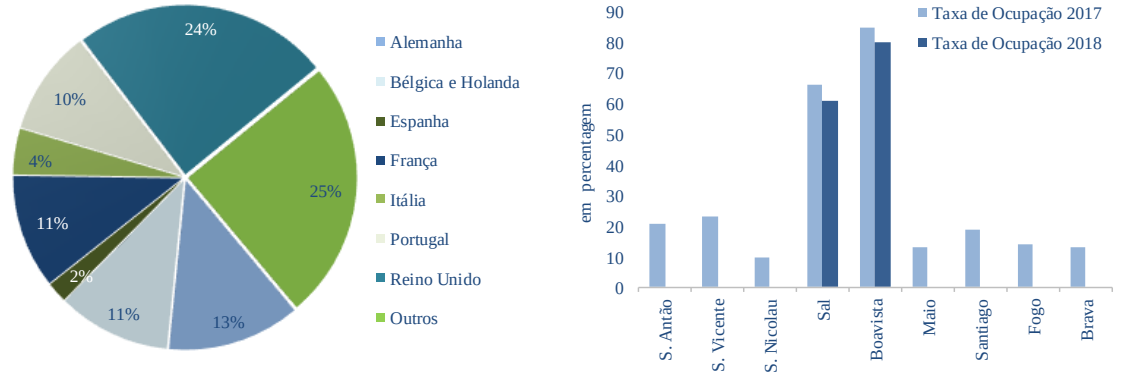
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Notas: (*) Não inclui excursionistas.

A moderação da procura, a par da redução do índice de preços turísticos, traduziu-se no crescimento contido das receitas de viagens (3,5 por cento, o que compara a 13,9 por cento de 2017) e na redução dos gastos médios diários dos turistas em 12,2 por cento (+11,8 por cento em 2017).

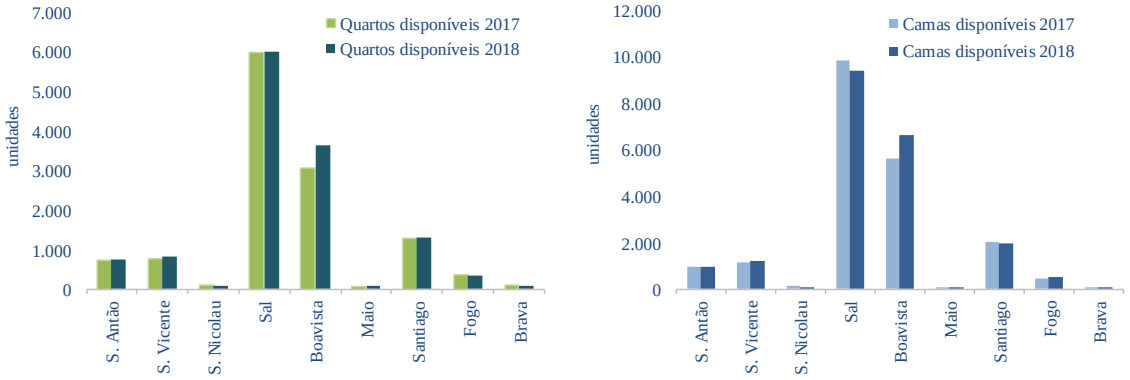
A ilha do Sal continuou a ser o destino preferido dos turistas estrangeiros e nacionais. A ilha hospedou, em 2018, cerca de 379 mil turistas (49,5 por cento do total), tendo registado uma taxa de ocupação média anual de camas de 61 por cento. A ilha da Boavista foi o segundo destino preferencial dos turistas em 2018, recebendo cerca de 26,9 por cento do total de visitantes e registando a maior taxa de ocupação de camas do país (80 por cento em termos médios anuais).

As ilhas de São Nicolau e Santiago, que no ano passado registaram uma diminuição das suas taxas

Procura Turística por Origem e Destino



Oferta Turística por Ilhas



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

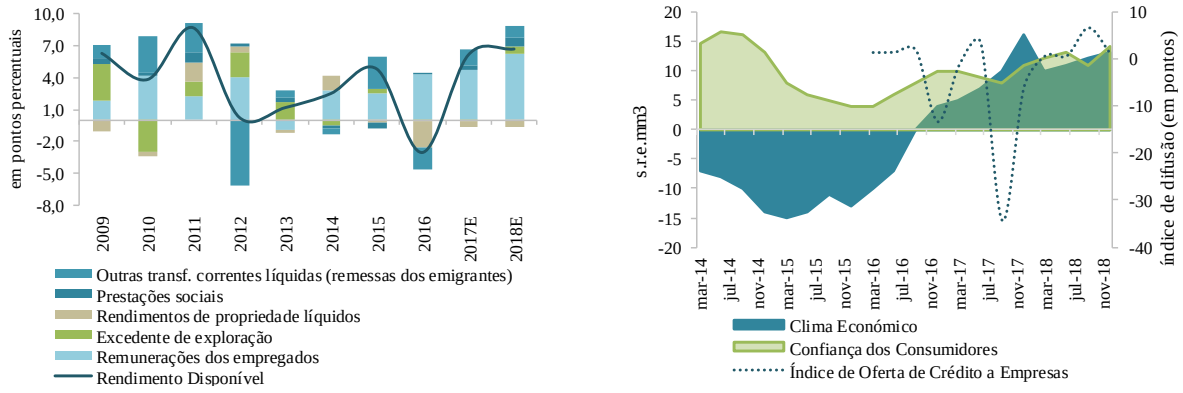
de ocupação, reforçaram a sua posição enquanto destino turístico, tendo as suas taxas de ocupação aumentado, respetivamente, em sete e cinco pontos percentuais.

Relativamente à oferta turística nacional, o número de estabelecimentos hoteleiros, em termos líquidos, aumentou 3,3 por cento (após um aumento de 18,0 por cento em 2017), traduzindo-se num aumento da capacidade de alojamento em 3,2 por cento. Refira-se que a capacidade de alojamento aumentou sobretudo nas ilhas da Boavista (19,2 por cento), São Vicente (7,2 por cento) e Santo Antão (3,5 por cento). A ilha de Santo Antão continua a liderar a representatividade de estabelecimentos hoteleiros (71 unidades, que representam 25 por cento do total), não obstante as ilhas de Sal, Boavista e Santiago continuarem a liderar relativamente à oferta de números de quartos e camas.

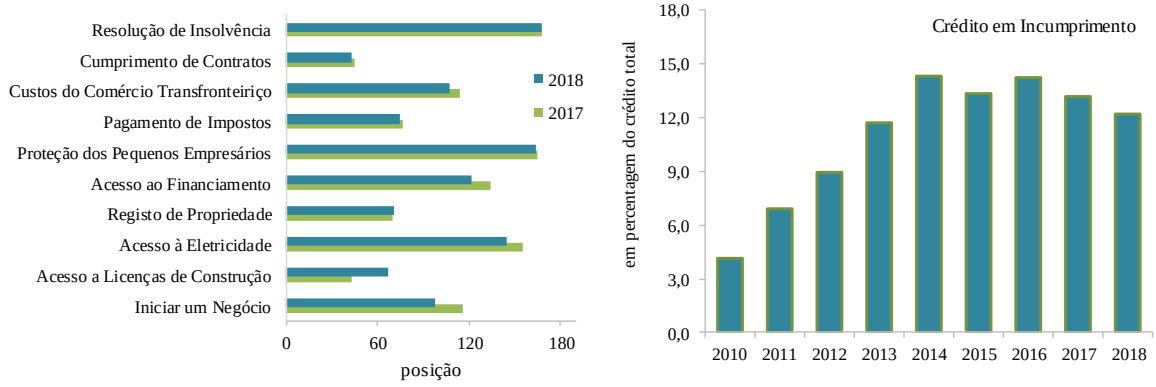
Do lado da procura, as exportações, o investimento e o consumo privado foram os principais impulsionadores do crescimento. O contributo positivo do consumo privado reduziu, entretanto, de 7,0 para 1,0 ponto percentual, com o abrandamento do crescimento excecional registado em 2017 (11 por cento) para 1,5 por cento.

A atividade económica nacional continuou a beneficiar, em boa medida, dos efeitos da implementação de reformas na administração tributária (nomeadamente, da consolidação do processo de declaração eletrónica e dos sistemas de informação) e de regimes de recuperação de dívidas fiscais, que conferiram espaço orçamental para ajustamentos de salários e benefícios sociais, assim como para a progressão e implementação de carreiras em diversos serviços do Estado (com destaque para o sector da saúde).

Figura 7. Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível Nominal das Famílias e Indicadores de Confiança



Constrangimentos à Realização de Negócios (*ranking* em 190 posições) e Crédito em Incumprimento



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Banco Mundial, Banco de Cabo Verde. Cálculos Banco de Cabo Verde.

Nota: (1) O índice de difusão de oferta de crédito às empresas agrega as respostas dos bancos ao Inquérito sobre o Mercado de Crédito, ponderadas pela sua quota de mercado, assumindo valores entre -100 e 100. Valores entre 0 e +/- 50 representam um ligeiro aumento/redução da oferta, enquanto valores entre +/-50 e +/-100 representam um aumento/redução considerável da sua perspetiva de oferta. (2) O *ranking* do Doing Business vai de 1 a 190, sendo 1 a melhor posição. (3) Crédito em incumprimento definido de acordo com a Instrução Técnica 150/2009, de 28 de dezembro.

A contínua recuperação dos rendimentos empresariais e salariais no país e nas economias parceiras, a melhoria da confiança dos operadores económicos nacionais e das condições de financiamento externo dos investimentos no país, a eliminação de constrangimentos à exportação de mercadorias para o mercado europeu, bem como os incentivos orçamentais (particularmente para promover o financiamento de projetos de micro, pequenas e médias empresas e compensar os efeitos da seca), refletiram-se, igualmente, na dinâmica da atividade económica em 2018.[15]

Refira-se que o comportamento do consumo privado, além de traduzir o efeito de base do excecional crescimento de 2017, terá refletido o aumento do rendimento disponível bruto real das famílias cabo-verdianas em 5,4 por cento (5,3 por cento em 2017 e -1,6 por cento em 2016), impulsionado pelo crescimento dos rendimentos salariais, remessas dos emigrantes, prestações sociais e excedente de exploração, numa conjuntura de contínuo fortalecimento da confiança dos consumidores, de aumento contido da inflação média anual (de 0,8 para 1,3 por cento), mas de redução da taxa de emprego da população ativa.[16]

A aceleração dos investimentos, por seu turno, terá traduzido, por um lado, a execução do programa puri-anual de investimentos públicos, na ordem dos 108 por cento face ao valor orçamentado, bem como os efeitos contemporâneos e desfasados da melhoria do ambiente de negócios, da redução da restritividade na aprovação dos empréstimos pelos bancos nacionais e do custo de financiamento com a subsidiação, às micro, pequenas e médias empresas, de juros e garantias pelo governo.[17]

O ambiente de negócios do país beneficiou em 2018, de acordo com o Banco Mundial (*Doing Business 2019-Training for Reform*), de um ligeiro desagravamento dos constrangimentos relacionados à abertura de empresas e à obtenção de licenças de construção, assim como, de acordo com o Fórum Económico Mundial, de melhorias nos pilares de estabilidade macroeconómica, infraestruturas, mercado de produtos, adoção das tecnologias de informação e comunicação, dinamismo empresarial e dimensão do mercado. [18] [19] Apesar da sua melhoria, o ambiente de negócios permaneceu condicionado por constrangimentos importantes, entre os quais a

[15] Recorde-se que as exportações de mercadorias foram em 2016 e no primeiro semestre de 2017 grandemente afetadas pelo atraso na derrogação da cláusula de origem do acordo de pesca que o país mantém com a União Europeia.
[16] A melhoria da confiança dos consumidores traduziu as expetativas dos consumidores quanto à situação financeira do seu lar, à situação económica do país e à evolução do desemprego para o ano de 2019, de acordo com os resultados dos inquéritos de conjuntura no consumidor do INE.
[17] Análises estatísticas mostram que o aumento do crédito à economia, *ceteris paribus*, afeta positivamente (e significativamente em termos estatísticos e económicos) a formação bruta de capital fixo quatro trimestres depois. O crédito à economia é, por sua vez, significativamente afetado pelas alterações nas taxas de juro de empréstimos de 181 dias a um ano e de 5 a 10 anos, entre outras variáveis.
[18] A edição mais recente de 2018 do *Global Competitiveness Index Report (GCI)* avalia 140 economias. Em 2018, o Fórum Económico Mundial introduziu uma nova metodologia, enfatizando o papel do capital humano, inovação, resiliência e agilidade, não apenas como impulsionadores, mas também como características de sucesso económico. Em resultado, a escala do GCI passou de 1 a 7 para 1 a 100, com a maior pontuação média significando maior grau de competitividade. O relatório é composto por 98 variáveis organizadas em doze pilares: instituições; infraestruturas; adoção de tecnologias de informação e comunicação; estabilidade macroeconómica; saúde; educação; mercado de produtos; mercado de trabalho; sistema financeiro; dimensão do mercado; dinamismo empresarial e capacidade de inovação.
[19] A evolução positiva do indicador de clima económico, traduzindo, em particular, o aumento da confiança dos operadores dos sectores do comércio, transportes e turismo, corrobora a perceção de melhoria do ambiente de negócios.

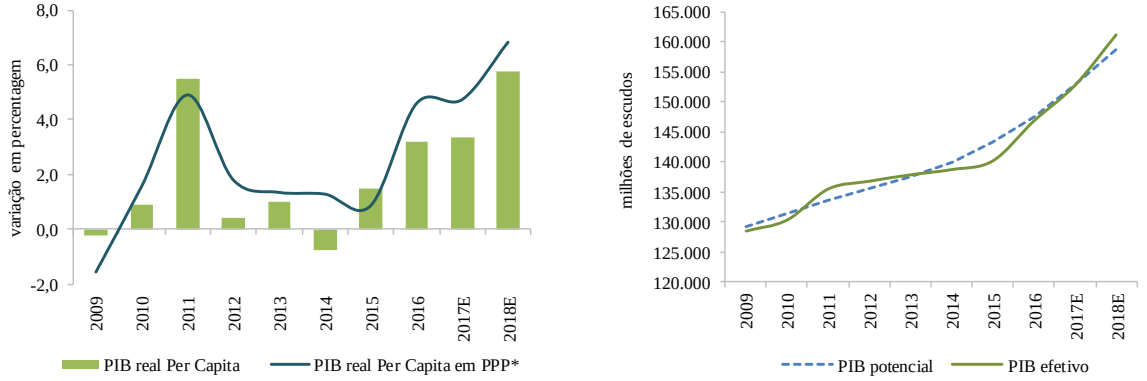
ineficiência de mecanismos de resolução de insolvências e de proteção de investidores minoritários, bem como a inexistência de um registo de garantias móveis para facilitar o financiamento à economia, de acordo com o Banco Mundial.

Ainda, atendendo ao alargamento do *spread* bancário (diferencial entre as taxas de juro ativas e passivas) e ao crescimento comedido do crédito às empresas não financeiras, infere-se que o legado do malparado no balanço dos bancos, pese embora a sua tendência descendente, continua a condicionar o financiamento e consequentemente a *performance* da economia. O comportamento dos bancos estará a refletir os custos com os créditos improdutivos (com a sua resolução e com as exigências do supervisor), num contexto de aperto, a nível global desde a crise de *subprime*, das políticas prudenciais.

O maior dinamismo da atividade económica traduziu-se no aumento do PIB *per capita* medido em termos de paridade do poder de compra, um *proxy* do bem-estar da população, em 6,8 por cento para 7.504 dólares (7.025 dólares em 2017), assim como na redução do hiato do produto (diferença entre o produto efetivo e o produto potencial).

O crescimento do produto interno bruto para além do produto potencial interpela em termos conjunturais, a uma maior compatibilização da política macroeconómica com o objetivo de assegurar a estabilidade macrofinanceira do país e, no plano estrutural, à implementação efetiva de soluções adequadas à expansão do potencial da economia e ao aumento da produtividade total dos fatores.

Figura 8. PIB *per capita* e PIB Potencial



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.
Nota: PPP-paridade do poder de compra. Valores do PIB potencial e PIB efetivo a preços encadeados ajustados da sazonalidade. PIB potencial estimado através do filtro Hodrick-Prescott.

Quadro 4. Principais Indicadores de Recenseamentos Empresariais

	2007	2012	2017	taxa de crescimento médio anual	
				2007/2012	2012/2017
Empresas em Atividade	8 486	9 748	10 951	3,0	2,5
Empresas sem Contabilidade Organizada	5 624	6 110	6 682	1,7	1,9
Empresas com Contabilidade Organizada	1 888	3 067	3 303	12,5	1,5
Número de Pessoas ao Serviço	46 567	51 411	63 286	2,1	4,6
Dimensão média das Empresas (número de empregados)	5,5	5,3	5,8		
Volume de Negócios (em milhões de CVE)	191 284,9	250 821,	290 302,4	6,2	3,1
Volume de negócios/Numero de empregados (em %)	4 108	4 879	4 587	3,8	-1,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamentos Empresariais de 2008, 2013 e 2018, referentes a 2007, 2012 e 2017. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

De notar que não obstante a recuperação do perfil ascendente em 2014, o crescimento estimado do PIB potencial permanece aquém das ambições das autoridades de política, constrangido, em certa medida, pelo fraco dinamismo do tecido empresarial nacional, conforme sugerem os resultados do recenseamento empresarial de 2018, e o reduzido contributo da produtividade total dos fatores, pese embora o recobro dos últimos dois anos.

Caixa 2: Estimativa da Produtividade Total dos Fatores para Cabo Verde – uma abordagem metodológica

Um dos principais objetivos da autoridade governamental, de qualquer país, é a promoção do crescimento económico e do bem-estar da população.

O crescimento económico depende da capacidade dos diversos atores sociais alocarem, conjugarem e transformarem eficientemente a tecnologia e os fatores de produção disponíveis em bens e serviços. Essa capacidade é definida como produtividade. Quanto maior a produtividade, maior será a capacidade das empresas produzirem bens e serviços de qualidade a preços competitivos e de arrecadarem, em resultado, receitas que lhes possibilitem oferecer melhores condições laborais (salários e outras) aos seus empregados e (re)investir no seu crescimento.

Uma das medidas clássicas de produtividade, de acordo com a literatura, é a produtividade total dos fatores ou o resíduo de Solow, cuja variação capta a componente do crescimento do produto que não é explicada pelo aumento dos fatores de produção, nomeadamente capital físico e trabalho.

O resíduo de Solow é estimado a partir da "contabilidade do crescimento", envolvendo a diferenciação de uma função de produção Cobb-Douglas em relação ao tempo.

Nesta abordagem, a estrutura produtiva da economia cabo-verdiana pode ser representada pela seguinte função e um parâmetro tecnológico neutro, de acordo com Hicks:[20]

$$Y_t = A_t \,.\, K_t^{\alpha} \,.\, L_t^{1-\alpha} \qquad (1)$$

Onde Y, K, L e A correspondem, respetivamente, ao PIB real, ao *stock* de capital físico da economia, à mão de obra (ou trabalho) e ao nível da produtividade total de fatores (PTF).[21] Os expoentes α e $(1-\alpha)$ correspondem a taxas de participação do capital e do trabalho no produto. A PTF representa a "tecnologia" disponível para a combinação eficiente de capital e mão-de-obra (trabalho) na produção de bens e serviços.

A função de produção é especificada com elasticidade constante de substituição igual a um, de acordo com os pressupostos teóricos usuais da literatura empírica.[22]

Pressupõe-se que: (i) os retornos marginais de cada fator de produção (K, L) são positivos e decrescentes, o que restringe α e $(1-\alpha)$ a valores entre 0 e 1; (ii) os retornos de escala são constantes;[23] e, (iii) α e, consequentemente, $(1-\alpha)$ é constante ao longo do tempo.

O nível de PTF ou resíduo de Solow (correspondente ao parâmetro A na equação (1)), não podendo ser medido diretamente, tem de ser estimado como um resíduo da equação (1). Reescrevendo a

[20] Hájková, D. e Hurník, J. (2007), "Supply-Side Performance in the Czech Republic: A Macroeconomic View", Prague Economic Papers, 4, pp. 319-335.
[21] Para simplificação da análise optou-se por utilizar a variável fator trabalho e não capital humano, que traduz a influência da qualificação (do nível de escolaridade, formação e experiencia profissional) da população em idade de trabalhar (de 15 anos ou mais) no crescimento do produto.
[22] Ver, por exemplo, Grossman e Helpman, (1991), Barro e Sala-i-Martin (2004), Giorno et al. (1995), Barro (1998) ou Scacciavillani e Swagel (1999) para uma discussão mais detalhada, bem como as críticas das hipóteses padrão utilizadas na modelagem da função de produção.
[23] Esta hipótese (e não a de retornos de escala crescente) aplica-se a economia cabo-verdiana, na medida em que não há evidências da existência em Cabo Verde de um sector especifico de pesquisa e desenvolvimento, capaz, ainda, de produzir repercussões positivas para o restante da economia (sobre este aspeto, ver Barro (1998)).

equação (1), o nível da PTF para cada período é dado por:

$$A_t = \left[\frac{Y_t}{L_t^{1-\alpha}.K_t^{\alpha}}\right] \quad (2)$$

Onde Y é o PIB real, L é a mão-de-obra medida pelo emprego total e K é o *stock* de capital.

O emprego total (L) é dado pela seguinte expressão:

$$L_t = PIT_t * TPFT_t * TE_t \quad (3)$$

Onde PIT representa a população em idade de trabalhar (15 anos ou mais), $TPFT$ a taxa de participação da força de trabalho e TE a taxa de emprego.

Logaritmizando a equação (1) temos:

$$lnY_t = lnA_t + \alpha\, lnK_t + (1-\alpha)\, lnL_t \quad (4)$$

Da diferenciação da equação (4) obtemos a relação fundamental da contabilidade do crescimento:

$$\Delta lnY_t = \Delta lnA_t + \hat{\alpha}\, \Delta lnK_t + (1-\hat{\alpha})\Delta lnL_t \quad (5)$$

que garante que a taxa de crescimento do PIB real seja igual a uma média ponderada das taxas de crescimento da mão-de-obra, do capital e da PTF. Qualquer crescimento histórico do PIB real que não seja explicado pelo crescimento da mão de obra ou do capital é atribuído à PTF.[24]

Nesta abordagem, estima-se a PTF para a economia cabo-verdiana no período de 2005-2018, considerando para o efeito:

a. Y - produto interno bruto em volume, as contas definitivas e estimativas das contas trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE);
b. K - *stock* de capital físico da economia (edifícios, máquinas e equipamentos), a estimação do rácio entre o capital e o produto da base de dados PWT 9.0 (*Penn World Tables*, versão 9.0) de 2005 a 2014, mantendo-se o rácio constante para o período de 2015 a 2018; [25]
c. L - força de trabalho, estimada de acordo com a equação (3), com recurso às estatísticas produzidas pelo INE. Para o efeito foram utilizados e calculados os dados da população em idade de trabalhar, a taxa de participação da força de trabalho (dada pelo quociente entre a população ativa e a população em idade de trabalhar) e a taxa de emprego (dada pelo quociente entre a população empregada e a população ativa);
d. para o cálculo da taxa de participação do trabalho no produto $(1-\alpha)$ e, consequentemente, da taxa de participação do capital no produto (α), a abordagem de Hurník e Navrátil (2005):[26]

[24] Uma vez que o *stock* de capital é estimado, dada a dificuldade em se obter dados observados, e é assumida uma hipótese para a taxa de participação do capital no produto (α), a estimação da PTF e dos contributos dos determinantes do produto tem inerente uma componente de incerteza.
[25] O PWT versão 9.0 é uma base de dados com informações sobre os níveis relativos de rendimento, produção, factores de produção e produtividade, cobrindo 182 países entre 1950 e 2014.
[26] Hurník, J., Navrátil, D. (2005), "Potential Output in the Czech Republic: A Production Function Approach." Prague

$$(1-\alpha)_t = \frac{W_t . L_t}{Y_t}$$

onde W corresponde a salários reais (salários nominais das contas dos sectores institucionais produzidos pelo INE até 2016 deflacionados pela inflação média anual).

De notar que, de acordo com as estatísticas oficiais, a média do período 2007 a 2016 da taxa de participação do trabalho no produto $(1-\alpha)$ é de 30 por cento. No entanto, uma vez que o nível máximo para a taxa de participação do capital no produto referenciado no *Global Trade Analysis* Project (GTAP5) para efeitos do cálculo da PTF situa-se nos 60 por cento, assumiu-se α igual a 60 por cento e $(1-\alpha)$ igual a 40 por cento, no cenário central. [27] [28]

A tabela abaixo sumariza os resultados da estimativa das contribuições da produtividade total dos fatores, do capital e da mão de obra para o crescimento do produto interno bruto nacional no período analisado.

Anos	Crescimento do PIB (em %)	Contributos para o crescimento do PIB (em p.p.)			Taxa Bruta de Investimento
		PTF	Capital	Trabalho	
2006	9,0	2,3	3,4	3,3	36,1
2007	7,6	-1,7	5,2	4,2	44,2
2008	6,4	-1,6	5,0	3,0	44,0
2009	-1,3	-6,4	3,8	1,4	40,8
2010	1,5	-5,0	4,6	1,9	48,1
2011	3,9	-0,7	4,3	0,3	51,0
2012	1,1	-3,3	2,3	2,0	38,6
2013	0,8	-0,7	2,1	-0,5	33,6
2014	0,6	0,1	1,1	-0,6	38,4
2015	1,0	-2,1	0,6	2,5	32,6
2016	4,6	-1,2	2,8	3,0	37,4
2017	3,9	2,7	2,4	-1,2	39,0
2018	5,4	3,9	3,2	-1,8	36,5
2006-2018	**3,4**	**-1,1**	**3,1**	**1,3**	**37,7**

No período em análise, que inicia dois anos antes da eclosão da crise financeira mundial, em termos médios o produto interno bruto em volume cresceu 3,4 por cento, não obstante o contributo médio negativo da PTF (em -1,1 pontos percentuais). O volume de investimento direto estrangeiro canalizado para o país entre 2006 e 2008 e, posteriormente, também de investimentos públicos (bem como

Economic Papers, (3), pp. 253–266.

[27] Segundo Mu e Yibin (2012), o Global Trade Analysis Project (GTAP5) sugere que a participação do capital no produto, na Africa Subsariana, varia entre os 35-40 por cento no sector transacionável e entre os 55-60 por cento no sector não transacionável. Van Treeck (2017), num estudo mais recente, demonstra que a participação do trabalho no produto tem vindo a diminuir no mundo em desenvolvimento, mostrando que os rendimentos de trabalho têm ficado aquém dos aumentos gerais da produtividade nas últimas duas décadas.

[28] Para uma análise de consistência dos resultados, considerou-se os cenários de taxa de participação do capital no produto (α) de 40 e 50 por cento. Os resultados não sofreram alterações substanciais, tendo a PTF mantido, em geral, a tendência apresentada no cenário central.

os seus efeitos de *crowding in* de investimentos privados nacionais) estarão a explicar o predominante contributo do capital na média do crescimento do período. O menor contributo (positivo) da força de trabalho poderá estar relacionado à estrutura do tecido empresarial e à característica do sector produtivo nacional, muito concentrada em microempresas (autoemprego) com baixa produtividade e dominada, em termos relativos, por ramos de atividade menos intensivos em trabalho, conforme sugere os resultados dos recenseamentos empresariais levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística.

Características do Tecido Empresarial Nacional (2017)

Tipo de Empresas	Empresas Ativas	Número de Pessoas ao Serviço	Volume de Negócios (Em contos)
Micro	7 370	13 705	9 059 641
Pequenas	1 022	5 207	5 306 026
Média	1 321	13 894	40 729 643
Grande	272	30 480	235 207 074

Ramos de Atividade	% das Empresas Ativas	% do Pessoal ao Serviço	% do Total Faturado
Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	44,3	23,0	37,8
Alojamento e Restauração	15,2	21,4	10,7
Indústria Transformadora	9,1	11,7	7,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Empresarial de 2018.

Os investimentos estratégicos, públicos e privados, na melhoria do ambiente de negócios, na infraestruturação (construção de estradas, expansão e modernização de portos e aeroportos, etc.), nas tecnologias de comunicação (introdução da tecnologia 3G, nos cabos submarinos, entre outros), no sector energético (modernização de centrais elétricas, nos parques eólicos e solares), e nos hotéis e outros serviços, que vêm sendo feitos desde a última década e meia poderão estar na origem da inversão da tendência de queda da PTF nos últimos dois anos, numa conjuntura de maior dinamismo da economia.

A evolução da produtividade total dos fatores é crítica para a avaliação do desempenho da economia do lado da oferta, indiciando a necessidade de implementação de políticas que potenciem a afetação eficiente dos recursos.

Não obstante, as limitações da metodologia requerem um certo grau de cautela na análise dos resultados. Entre outras limitações, apontam-se: a inexistência de dados observados do *stock* de capital; o facto do resíduo de Solow não ser um indicador exato de mudança tecnológica, uma vez que a função de produção depende de outros fatores (como por exemplo, choques externos, mudanças nas políticas económicas, mudanças institucionais e erros de mensuração) e não apenas da inovação tecnológica; e que a equação do crescimento não permite determinar as suas causas fundamentais, não permite precisar, por exemplo, se um aumento da produtividade é causa ou efeito de um aumento do capital.

Capítulo 4. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho cabo-verdiano foi marcado, em 2018, pela redução das populações ativa e empregada, de acordo com os resultados do Inquérito Múltiplo Objetivo Contínuo do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A taxa de atividade fixou-se, por conseguinte, nos 55,6 por cento da população em idade ativa (59,2 por cento em 2017), em função da redução da população ocupada de 203.775 para 195.000. A taxa de desemprego, entretanto, manteve-se nos 12,2 por cento, reflexo da redução da população desempregada em 4,9 por cento e do aumento da população inativa em 10,9 por cento.

As condições climatéricas desfavoráveis e a diminuição da capacidade de absorção da mão de obra ociosa do sector primário, comparativamente menos qualificada, por outros sectores de atividade, nomeadamente o terciário, estarão a explicar a dinâmica laboral desfavorável.

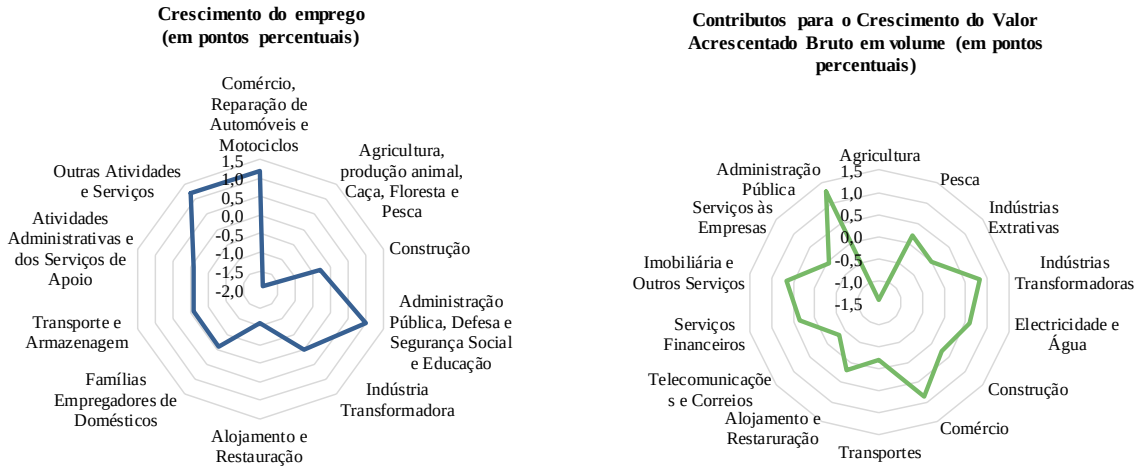
Com efeito, de acordo com o INE, o número de empregados reduziu tanto nas zonas rurais (em 1.085) como nas zonas urbanas (em 7.690), tendo sido mais pronunciado nas zonas rurais a queda dos empregos no sector agrícola e nas zonas urbanas a retração da capacidade empregadora do sector secundário.

Por ramos de atividade, a par da agricultura, a produção animal, caça, floresta e pesca, construção e alojamento e restauração foram os que perderam mais postos de trabalho em 2018, enquanto o comércio, outras atividades e serviços e administração pública, foram os que mais emprego e valor acrescentado geraram. Em 2017, o número de empregados nas zonas rurais reduziu 11.534, enquanto das zonas urbanas aumentou 5.043, principalmente nos sectores da construção, da administração pública, de alojamento e restauração e da indústria transformadora.[29]

O desemprego, em 2018, afetou maioritariamente homens, com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos, e com ensino secundário. De notar que, a maioria dos desempregados não estava à procura do seu primeiro emprego (82 por cento) e que o tempo médio de duração na situação de desemprego reduziu de 15 para 12 meses.

[29] Os concelhos de São Salvador do Mundo e Santa Cruz registaram as maiores taxas de desemprego em 2018, na ordem dos 20 e 22 por cento, respetivamente. Estas taxas representam, na mesma ordem, um acréscimo de 9,7 e 15,8 pontos percentuais, relativamente às de 2017. Sal e Boa Vista, com uma ligeira queda relativamente ao ano 2017, continuam sendo os concelhos que apresentam as maiores taxas de emprego do país, de 68,8 e 62,6 por cento, respetivamente.

Figura 9. Crescimento do Emprego e Contributos para o Crescimento Económico por Ramo de Atividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

O subemprego continuou significativo em 2018, entretanto com tendência descendente nas zonas rurais e ascendente no meio urbano. Cerca de 14 por cento da população ativa de Cabo Verde trabalhou menos de 35 horas semanais em 2018 (16 por cento em 2017), dos quais 22,0 por cento eram das zonas rurais (28,8 por cento em 2017) e 12,1 por cento das zonas urbanas (11,6 por cento em 2017).

A frequência de escolas e universidades terá sido determinante, por um lado, para a redução do desemprego na faixa etária dos 15 aos 24 anos, e, por outro, para o aumento da inatividade. Por seu turno, a perceção de inexistência de postos de trabalho, a invalidez por doença, acidente, gravidez ou idade avançada e as responsabilidades pessoais e familiares justificam o aumento da taxa de inatividade da população em idade ativa com pelo menos 25 anos.

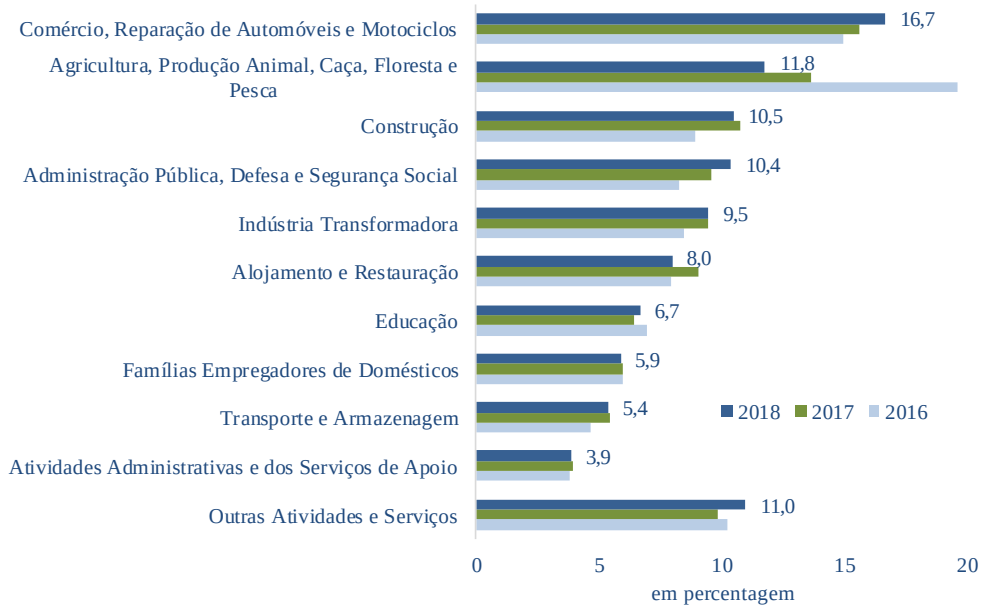
O desalinhamento da *performance* do mercado de trabalho face à da atividade económica pode ser explicado pela estrutura do sistema produtivo nacional, dominado pelo sector dos serviços, tipicamente menos intensivo em mão de obra e mais exigente no que se refere à sua qualificação. Importa acrescentar que as dinâmicas intersectoriais no emprego e na atividade económica indiciam algum risco nos seus desempenhos a prazo. Ainda, a prevalência do desemprego de longa duração, conforme sugerem a duração do desemprego e a percentagem relativamente elevada da população ativa à procura de emprego há mais de um ano (31,5 por cento), pese embora a tendência de melhoria destes indicadores, interpela à atuação das autoridades, no sentido da redução dos custos individuais e sociais (inclusivamente no potencial de crescimento) da perda de competências e da capacidade de empregabilidade de importante franja da população adulta cabo-verdiana.

Caracterização do Mercado de Trabalho

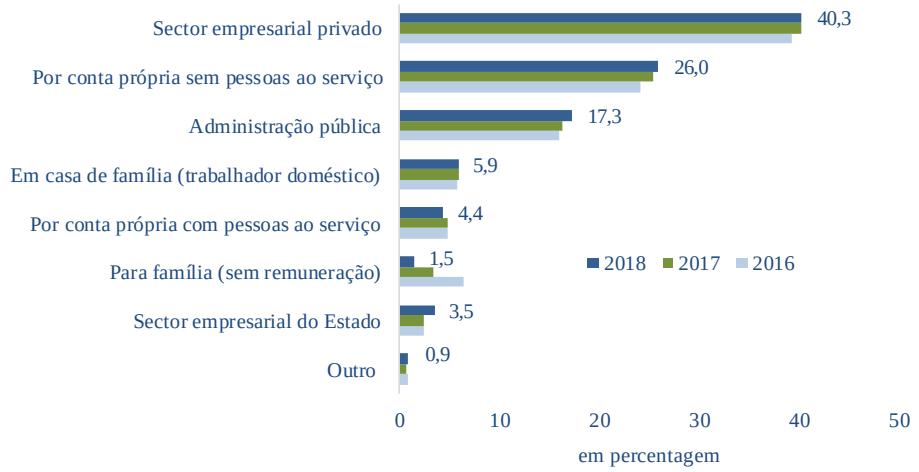
	2016	2017	2018
População Ativa	246.680	232.198	222.028
Empregada	209.725	203.775	195.000
Desempregada	36.955	28.424	27.028
População em Idade Ativa	387.147	392.355	399.588
Taxa de Atividade (%)	63,7	59,2	55,6
Taxa de Ocupação (%)	54,2	51,9	48,8
Por Meio (%)			
Urbano	55,9	56,7	52,7
Rural	50,6	41,8	40,4
Por Sexo (%)			
Homens	60,5	58,2	54,6
Mulheres	48,0	45,5	43,1
Por Faixa Etária (%)			
15 - 24 anos	25,4	24,2	23,5
15 - 34 anos	47,0	65,9	62,5
35 - 64 anos	75,7	68,5	63,3
65 +	11,9	10,8	9,7
Por Sector de Atividade (%)			
Primário	20,4	14,4	12,5
Secundário	18,5	21,2	21,1
Terciário	61,1	64,4	66,1
Por Nível de Instrução (%)			
Sem qualificação	4,9	-	4,1
Alfabetização/ Ensino Básico	42,0	43,5	36,1
Ensino Secundário	39,2	42,1	43,9
Curso Médio/Superior	13,9	14,4	15,8
Idade Média (em anos)	-	38	38
Idade Média de Escolaridade (em anos)	-	8,2	8,9
Taxa de Desemprego (%)	15,0	12,2	12,2
Distribuição por sexo (%)			
Masculino	53,7	44,2	58,1
Feminino	46,3	55,8	41,9
Por Faixa Etária (%)			
15-34 anos	24,2	-	27,8
35-64 anos	5,2	6,0	15,0
65 +	3,2	0,9	5,8
Por Nível de Instrução (%)			
Sem nível	5,2	4,3	-
Primário	8,3	9,7	9,2
Secundário	20,2	14,4	16,5
Pós- Secundário	20,7	10,9	6,2
Idade média (em anos)	27,4	29	30
Idade Média de Escolaridade (em anos)	9,9	8,5	8,9
Duração Média no Desemprego (em meses)	21,2	15,3	12,0
Com mais de um ano no desemprego (em %)	47,2	45,9	31,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Distribuição de empregados segundo ramo de atividade



Distribuição de Empregados segundo situação na profissão



Distribuição da População Inativa de 15 anos ou mais por Razões da Inatividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Capítulo 5. Inflação

Os preços no consumidor mantiveram, ao longo de 2018, o perfil ascendente iniciado em janeiro de 2017, tendo a taxa de inflação média anual se fixado em 1,3 por cento em dezembro, 0,5 pontos percentuais acima do valor do período homólogo.

O comportamento dos preços no consumidor, em 2018, continuou a traduzir, em larga medida, a tendência da inflação importada, nomeadamente o aumento dos preços das matérias primas energéticas na ordem dos 29 por cento, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Com efeito, a inflação média anual das classes de rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, de transportes e de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas fixou-se, no final do ano, respetivamente, em 2,4, 4,0 e 0,4 por cento, que compara às taxas de 1,7, 1,7 e -0,2 por cento observadas em 2017.

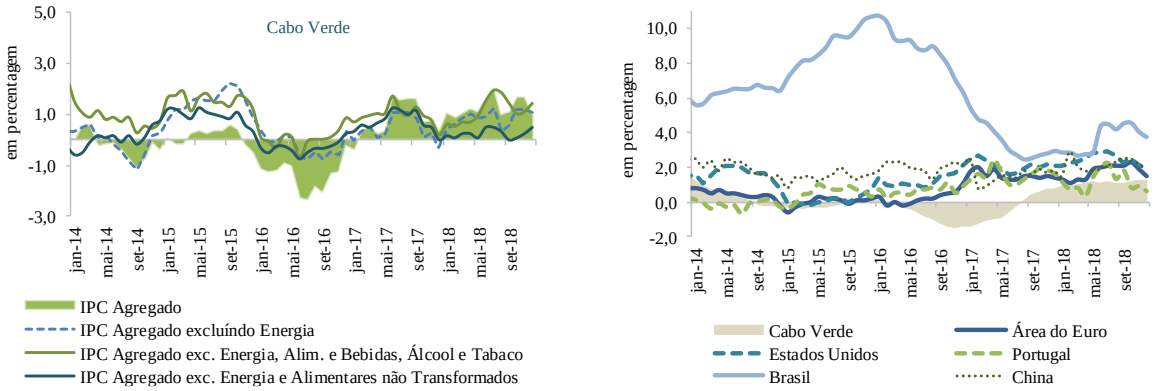
A inflação da componente energética do índice de preços refletiu, no essencial, a transmissão da tendência dos preços internacionais de petróleo e seus derivados aos preços administrados de combustíveis e eletricidade, que aumentaram em termos médios anuais 10,1 e 5,1 por cento, depois de terem crescido e decrescido, respetivamente, 9,7 e 6,8 por cento em 2017. Paralelamente, os preços administrados de fornecimento de água e transporte coletivo urbano de passageiros foram aumentados em 4,0 e 2,2 por cento, respetivamente (que comparam aos ajustamentos de 5,4 e -3,1 de 2017). [30]

A inflação dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas reforçou as pressões ascendentes sobre o índice de preços no consumidor em 2018, tendo se situado, no final do ano, em 0,4 por cento (-0,2 por cento em dezembro de 2017). Em consequência da severa seca de 2017 e da ocorrência de fracas precipitações em 2018, a produção interna de bens alimentares frescos reduziu, elevando a inflação dos bens alimentares não transformados de -0,8 por cento, em 2017 para 3,8 por cento em 2018. Os bens alimentares e bebidas transformados, essencialmente importados, registaram uma deflação de 1,2 por cento, que compara à inflação de 0,3 por cento de 2017.[31]

[30] O atual mecanismo de atualização dos preços administrados (mensal para os combustíveis e anual para eletricidade, água e transportes coletivos) possibilita uma transmissão mais oportuna da inflação importada aos preços nacionais e suaviza o impacto dos ajustamentos sequentes dos preços no produtor e no consumidor no rendimento disponível das famílias.

[31] A inflação média anual dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas transacionáveis (na sua maioria importados) e não transacionáveis fixaram-se em -0,7 e 2,2 por cento, respetivamente, face a -0,1 e 0,2 por cento de dezembro de 2017. A componente transacionável (essencialmente importada) do cabaz de consumo dos cabo-verdianos ascende a 50,9 por cento do total.

Figura 10. Evolução da inflação homóloga do país e dos principais parceiros comerciais



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Eurostat.

As restantes classes do IPC, com exceção da classe de vestuário e calçado que registou a partir de abril um perfil deflacionário, apresentaram uma inflação positiva, embora inferior às taxas do ano anterior.

A taxa média anual do núcleo da inflação, ou da inflação subjacente, (que expurga a tendência das componentes mais voláteis do IPC, designadamente os bens alimentares não transformados e a energia) fixou-se nos 0,2 por cento em dezembro de 2018, 0,5 pontos percentuais abaixo do valor registado em período homólogo.

O perfil descendente da inflação subjacente observado em 2018 corrobora a tendência de alguma contenção de pressões associadas à tendência (de moderação) da procura interna, em particular do consumo privado.

Pese embora o perfil ascendente, a inflação nacional foi menor que a dos seus principais parceiros comerciais, possibilitando ao país ganhos, ainda que pequenos, de competitividade-preço, que, em alguma medida, terão contribuído para o aumento da quota de mercado das exportações nacionais (de 1,7 para 3,9 por cento).[32]

[32] A quota de mercado das exportações é o quociente entre o crescimento das exportações em volume e o crescimento da procura externa. Sendo a Área do Euro o principal parceiro comercial de Cabo Verde, o crescimento real das suas importações é considerado como representativo *(proxy)* da procura externa dirigida à economia nacional.

Caixa 3: Determinantes da Inflação: *Inflação e Output Gap em Cabo Verde*

Compreender a dinâmica da inflação é fundamental para a definição, avaliação e implementação de medidas adequadas de política macroeconómica, em especial a monetária.

Neste contexto, apresenta-se nesta caixa um modelo VAR (*vector autoregression model*) para analisar os determinantes da inflação em Cabo Verde. As variáveis analisadas são o *output gap* (ou o hiato do produto), a massa monetária, os preços das importações e os preços internacionais do petróleo. É dado, contudo, maior foco ao *output gap* pelas seguintes razões: (1) por ser um valioso indicador no estudo dos ciclos económicos e por concentrar muita informação, permitindo formular declarações pertinentes sobre o estado da economia em geral e sobre a sua perspetiva de evolução; (2) por se preferir construir um modelo pequeno, mas altamente significativo, isto é, um modelo parcimonioso, através da introdução de variáveis que implicitamente contenham informações sobre outras variáveis explicativas do comportamento da inflação nacional.

Output Gap

A relação entre a dinâmica da atividade económica e a inflação é um tópico bastante conhecido e tem particular importância para a política monetária. As autoridades monetárias, para fins de análise e tomada de decisões, baseiam-se num conjunto de indicadores que potencialmente fornecem informações sobre o comportamento futuro da inflação. O desvio do produto em relação ao seu nível de equilíbrio (referido aqui como *output gap*) é um indicador da inflação que, nos últimos anos, tem recebido muita atenção tanto nos círculos académicos como entre os decisores de política, na medida em que constitui uma importante fonte de informação sobre a evolução dos preços na economia.[33]

Em relação ao *output* potencial (ou *trend output*), a formulação mais comum é que seja consistente com uma taxa de inflação relativamente baixa e estável. Neste caso, a inflação tenderá a aumentar se o *gap* for positivo, tenderá a reduzir se o *gap* for negativo, e manter-se-á estável na ausência de *gap*. Em estudos recentes, entretanto, alguns autores encontraram evidências de que a inflação responde a alterações no *output gap* e em alguns países as alterações na inflação estão mais relacionadas com as alterações no *output gap* do que com o nível do *output gap*.

Para efeitos deste estudo, foi escolhida esta especificação alternativa, que foca nas variações do *gap* ao invés do nível do *gap*.[34] Assim, as alterações na inflação estarão relacionadas às alterações no *output gap*, o que significa que a inflação manter-se-á estável desde que o nível do *gap* se mantenha inalterado.

Medir o *output gap*, no entanto, não é tarefa fácil. A dificuldade em determinar o *output gap* deve-se ao facto do *output* potencial não ser uma variável observável e, portanto, estimativas destas duas variáveis terão de ser inferidas dos dados. Há muitas e diferentes abordagens para estimar o *output* potencial e o *output gap*, mas incertezas substanciais rodeiam essas estimativas e nenhum método está livre de problemas.

A metodologia escolhida neste caso para estimar o *output* potencial é a de filtro univariado, mais especificamente o muito utilizado filtro Hodrick-Prescott (H-P *filter*). No caso do H-P *filter*, o *output*

potencial é derivado diretamente do *output* efetivo através da aplicação do filtro para o cálculo da tendência. A série filtrada é, portanto, o *output* potencial.

Dados

Os dados utilizados são trimestrais e referem-se ao período compreendido entre o primeiro trimestre de 2008 e o quarto trimestre de 2015. A opção por dados trimestrais ao invés de anuais reflete a preocupação em captar a dinâmica de curto prazo da inflação e, de alguma forma, compensar pela curta série de dados, mas também a indisponibilidade de dados mensais sobre o produto interno bruto nacional. Ainda, os dados de cada uma das variáveis, com exceção para a variável *dummy*, são as suas respetivas taxas de variação em cadeia.

Variáveis

As variáveis do modelo são as seguintes:

IPC – corresponde à inflação, calculada a partir da série do Índice de Preços no Consumidor com base em preços médios de 2007 (IPC07) publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Este cabaz de bens e serviços e respetivos ponderadores resultaram do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias realizado pelo INE em 2001/2002;

Output Gap – é o hiato do produto, isto é, corresponde à diferença entre o PIB (produto interno bruto) real observado e o PIB potencial real, calculado com base no H-P *filter*. Esta é uma variável do lado da procura que representa fatores domésticos e com a sua introdução pretende-se estudar o impacto do ciclo económico no comportamento da inflação;

M2 – representa a massa monetária alargada, agregado monetário produzido pelo Banco de Cabo Verde. O M2 é a soma do M1 (passivos monetários, definido como a soma da moeda em circulação e dos depósitos à ordem em moeda nacional) com passivos quase monetários (compostos por depósitos de poupança, depósitos a prazo em moeda nacional, depósitos em divisa de residentes, depósitos de emigrantes, cheques e ordens a pagar, depósitos para caução de operações, acordos de recompra de títulos e outros quase depósitos). A utilização desta variável visa estimar de que forma a política monetária influencia a trajetória da inflação;

Oil – é o índice de preços global do *Brent*, com ano base 2007, publicado pelo *Federal Reserve Economic Data*. Esta é uma variável do lado da oferta, com a qual se pretende estimar o impacto dos choques na oferta de petróleo, e consequentemente nos preços internacionais do petróleo, no cabaz do consumidor nacional;

PI Sem Combustível – corresponde aos preços dos produtos importados, excluindo os combustíveis. Esta é uma variável do lado da procura que visa identificar o impacto da inflação importada não energética na inflação nacional;

D2008Q4 – representa uma variável *dummy* (variável artificial) que assume o valor zero entre o primeiro trimestre de 2008 e o quarto trimestre de 2008, e o valor um a partir do primeiro trimestre

[33] O *output gap foi* definido como a diferença entre o *output* efetivo e o *output* potencial.
[34] Ver, por exemplo, Iris Claus (2000).

de 2009 até ao fim do período amostral. O objetivo da introdução desta variável no modelo de estimação é captar a quebra estrutural observada na série do IPC no quarto trimestre de 2008.

Modelo

Vector Autoregression Estimates
Sample (adjusted): 2008Q2 215Q4
Included obervations: 31 after adjustments
Standard errors in ( ) & t-statistics in [ ]

	IPC_SA
IPC_SA(-1)	0,267170 (0.13643) [1.95832]
OUTPUT_GAP_SA(-4)	0,000542 (0.00026) [2.06379]
M2_SA(-4)	-0,254428 (0.06988) [-3.64099]
C	1,512101 (0.45702) [3.30860]
OIL_SA(-2)	0,015502 (0.00745) [2.08065]
PI_SC_SA(-4)	0,024687 (0.00865) [2.85500]
D2008Q4_IPC	-0,842501 (0.39463) [-2.13491]
R-squared	0,786742

As variáveis do modelo não sofreram nenhuma transformação logarítmica ou de outra ordem e foram dessazonalizadas. As variáveis *Oil* e *PI Sem Combustível* foram consideradas variáveis exógenas no modelo, na medida em que Cabo Verde é um *price taker*, isto é, não tem poder para influenciar os preços internacionais do petróleo e dos outros produtos que importa. A variável *dummy* foi também considerada exógena, enquanto as restantes variáveis foram classificadas como endógenas. O modelo VAR satisfaz os requisitos padrão.[35]

[35] Todas as raízes dos polinómios característicos (*roots of characteristic polynomials*) estão dentro do círculo unitário, indicando que o modelo é estável. Os resíduos são *White Noise* e *random*. Não existe correlação serial entre os resíduos no modelo VAR. Os *p-values* do VAR *residual normality test* indicam que os resíduos apresentam uma distribuição normal. Ainda, as séries são estacionárias.

Resultados

O *output gap* afeta positivamente a inflação e é estatisticamente significativo, mas o seu impacto sobre a inflação é muito reduzido. As variações no *output gap* têm impacto na inflação quatro trimestres depois, o que vai ao encontro do facto de não se poder esperar que alterações no *output gap* tenham efeitos contemporâneos na inflação. O reduzido impacto do *output gap* na inflação, conforme sugere o seu coeficiente, estará relacionado, em grande parte, ao facto da inflação cabo-verdiana ter uma componente importada significativa e, por isso, choques do lado da procura terem influência limitada sobre o comportamento da inflação.

A inflação passada, que representa o fator persistência da inflação (isto é, reflete o quanto a inflação de hoje está ligada à inflação do passado), tem sinal positivo e é estatisticamente significativo a dez por cento. Embora seja a variável com menor significância estatística, a inflação passada é a variável com maior impacto positivo (significância económica) na inflação.

Os preços dos produtos importados, que representam a inflação importada, têm o segundo maior impacto positivo na inflação nacional e são estatisticamente significativos. A inflação responde às alterações nos preços dos produtos importados após quatro trimestres, o que poderá estar relacionado ao tempo de permanência em *stock* dos produtos importados.

Choques nos preços internacionais do petróleo são estatisticamente significativos e levam ao aumento da inflação dois trimestres após terem ocorrido. Os preços dos produtos energéticos do cabaz do consumidor são administrados e a sua atualização, de modo a ajustá-los aos preços internacionais, não ocorre de imediato, portanto o resultado obtido é coerente com a realidade.

Relativamente ao agregado monetário M2, de acordo com a teoria económica (a abordagem monetarista) a expansão monetária tende a ser seguida por um aumento dos preços. No modelo VAR estimado, contudo, ao contrário do que à partida seria expectável, a variável monetária, M2, apresenta sinal negativo. Este resultado deve ser interpretado com bastante cuidado e na sua análise deve-se ter em conta, entre outros, os seguintes aspetos da economia cabo-verdiana: 1) o regime de *peg* fixo ao euro; 2) a pequena dimensão e a grande maioria do bens e serviços ser importada; 3) a origem do crescimento da massa monetária (crédito interno ou ativos externos líquidos?). Para efeitos deste exercício, não se fez um estudo aprofundado sobre esta variável. Entretanto, Ledo de Pina (2008), no contexto da vinculação da política monetária cabo-verdiana à da Área do Euro, analisou os determinantes da inflação em Cabo Verde, tendo concluído que com a assinatura do Acordo de Cooperação Cambial, a massa monetária deixou de ser uma variável importante na explicação da inflação em Cabo Verde, resultado esse consistente com os fundamentos teóricos da adoção de um regime de câmbios fixos.

Neste sentido, importa aqui destacar que, tal como se previa, a inflação nacional é determinada, principalmente, pelos preços dos produtos importados, pelos preços internacionais do petróleo e pelo fator persistência da inflação. O ciclo económico, aqui representado pelo indicador *output gap*, é também um fator explicativo da evolução da inflação nacional, mas o seu impacto é reduzido.

Capítulo 6. Contas Externas

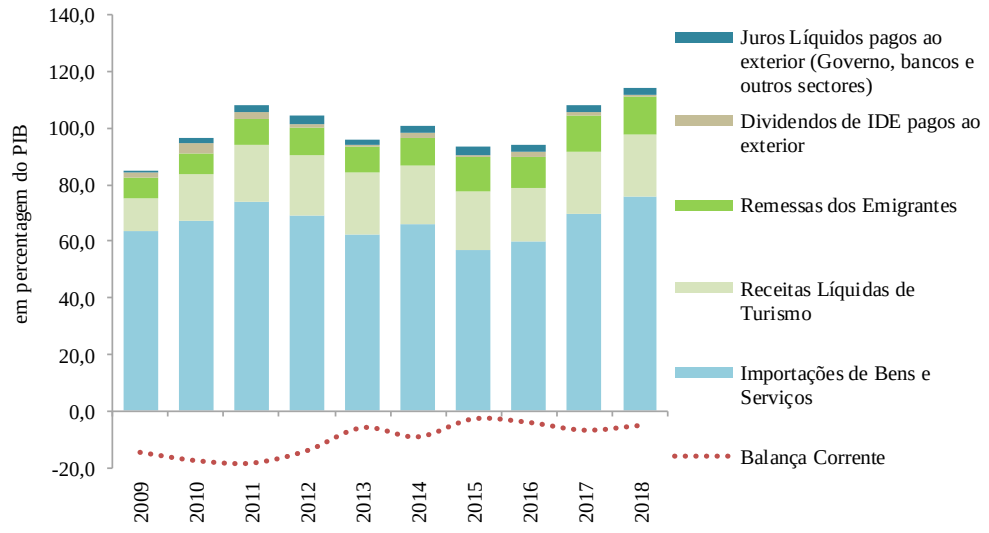
As contas externas melhoraram em 2018, determinando um aumento do *stock* das reservas internacionais líquidas do país na ordem dos oito milhões de euros, que passou a cobrir 5,6 meses das importações de bens e serviços do país.

A redução do défice da balança corrente, na ordem dos 26 por cento, numa conjuntura de moderação da procura interna, foi determinante para o comportamento positivo das contas externas. A melhoria do défice corrente (que se fixou em 5,4 por cento do PIB, menos 2,3 pontos percentuais que em 2017) resultou da diminuição de rendimentos expatriados, do aumento das exportações de serviços (pese embora o crescimento em desaceleração das receitas de viagens) e da redução ligeira do défice da balança de bens (devido à dinâmica excecional das exportações).

Com efeito, o défice da balança comercial (de bens e serviços) reduziu 3,1 por cento em 2018 (depois de ter aumentado 30,8 por cento em 2017), em função do crescimento das exportações e reexportações de mercadorias e víveres nos portos e aeroportos do país, em termos agregados em 37,9 por cento, e das exportações de serviços de transporte (principalmente aeroportuários) e de viagens em 22,1 e 3,4 por cento, respetivamente.

As importações de bens e de serviços (sobretudo de transportes e em boa medida relacionados

Figura 11. Principais Rubricas da Balança Corrente



Fonte: Banco de Cabo Verde.

às despesas com irregularidades de voos da Cabo Verde Airlines no terceiro trimestre) aumentaram 8,5 e 6,6 por cento, respetivamente.

De sublinhar que a dinâmica das exportações de bens refletiu, por um lado, o efeito da forte recuperação das exportações de pescado da queda de 27 por cento registada em 2017, devido ao atraso na derrogação da cláusula de origem do acordo de pesca com a União Europeia. Por outro lado, o crescimento das reexportações nos portos e aeroportos (em 35,6 por cento), acompanhou a evolução do tráfego aéreo e marítimo internacional, em função do aumento da procura turística (na ordem dos sete por cento) e das importações de mercadorias (em 8,5 por cento).

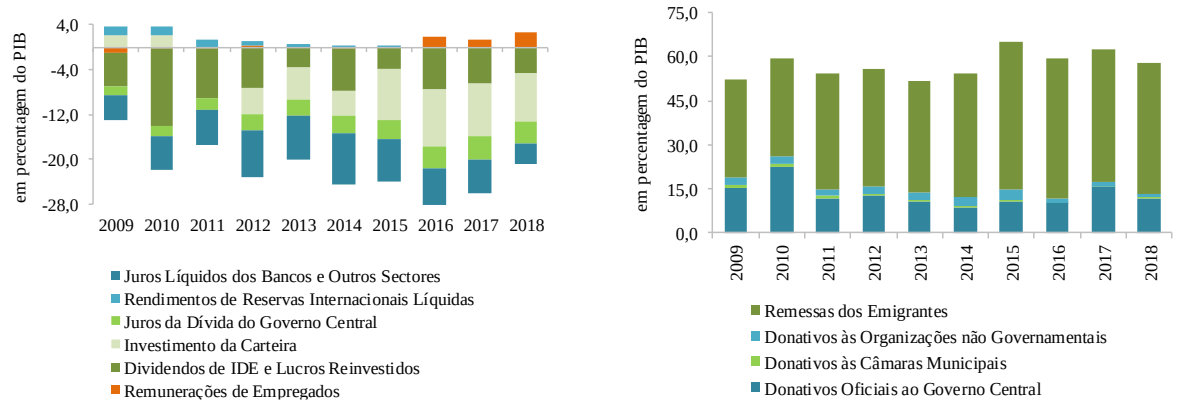
O défice da balança de rendimentos primários diminuiu cerca de 25 por cento, em resultado da redução dos juros pagos pelos bancos por passivos constituídos junto a não residentes, entre os quais os depósitos dos emigrantes, em cerca de 25 por cento, e da diminuição dos dividendos distribuídos aos investidores externos, em 22,4 por cento, em larga medida associada à dissipação do efeito de repatriamento de reservas constituídas por investidores em anos anteriores. Em 2017, os juros pagos pelos bancos por seus passivos externos e os dividendos distribuídos aos investidores externos aumentaram e diminuíram, respetivamente, 13,2 e 7,1 por cento.

Quadro 5. Comércio Externo de Bens e Serviços

	2016	2017	2018
			em milhões de escudos
Importações de Bens e Serviços	99 763,1	116 633,6	125 953,4
dos quais:			
Bens de Consumo	26 937,9	29 812,7	30 621,7
Bens de Capital	9 438,6	14 463,7	10 905,4
Combustíveis	5 737,0	7 561,2	9 068,8
Viagens de Negócios	825,5	981,5	857,2
Viagens Pessoais	6 241,5	6 575,0	7 126,4
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	8 410,7	10 104,9	13 378,1
Outros Serviços Empresariais	9 612,0	9 615,8	8 327,2
Exportações de Bens e Serviços	71 403,8	79 491,2	90 076,7
dos quais:			
Pescado	5 025,8	3 656,6	5 734,5
Vestuário	645,4	634,6	626,2
Calçado	367,4	328,6	384,0
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	9 673,9	13 849,8	18 775,1
Serviços de Comunicação	2 690,1	1 834,9	1.936,5
Serviços de Turismo	34 557,9	39 510,2	40 865,3
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	72 %	68 %	72 %

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Figura 12. Rendimentos e Transferências Unilaterais



Fonte: Banco de Cabo Verde.
Nota: Os donativos ao Governo Central agregam a ajuda orçamental e os donativos diretamente desembolsados pelos parceiros bilaterais e multilaterais, quer ao Governo quer aos organismos responsáveis pela execução dos projetos financiados por donativos.

Ao contrário das balanças de bens, serviços e rendimento primário, a balança de rendimento secundário teve um contributo nulo para o desempenho da balança corrente, em 2018. A queda dos donativos oficiais na ordem dos 20 por cento, em larga medida explicada pelo efeito de base dos desembolsos efetuados em 2017, nomeadamente pela União Europeia para apoiar a reconstrução de infraestruturas danificadas pelas chuvas torrenciais de 2016 e por diversos parceiros para auxiliar, através do governo, as famílias atingidas pela seca, foi compensada pelo aumento das remessas de migrantes, em nove por cento.

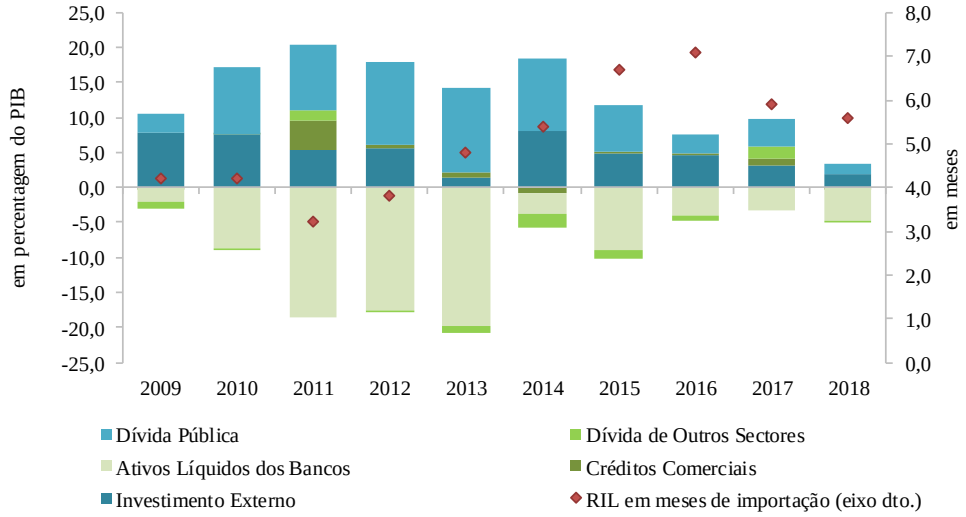
De notar que as remessas dos emigrantes aumentaram 7,2 por cento (-1,2 por cento em 2017), sobretudo impulsionadas pelo crescimento das remessas em divisas provenientes de Portugal, França e EUA. As remessas dos imigrantes estabilizaram-se em torno de três mil milhões de escudos, depois de terem registado um aumento de 9,2 por cento em 2017.

Ainda no que se refere à evolução das transferências unilaterais, de mencionar que a balança de capital se comportou menos favoravelmente devido ao término da execução dos projetos financiados pelo Millenium Challenge Corporation dos EUA. O seu excedente reduziu de 1.576 para 1.432 milhões de escudos.

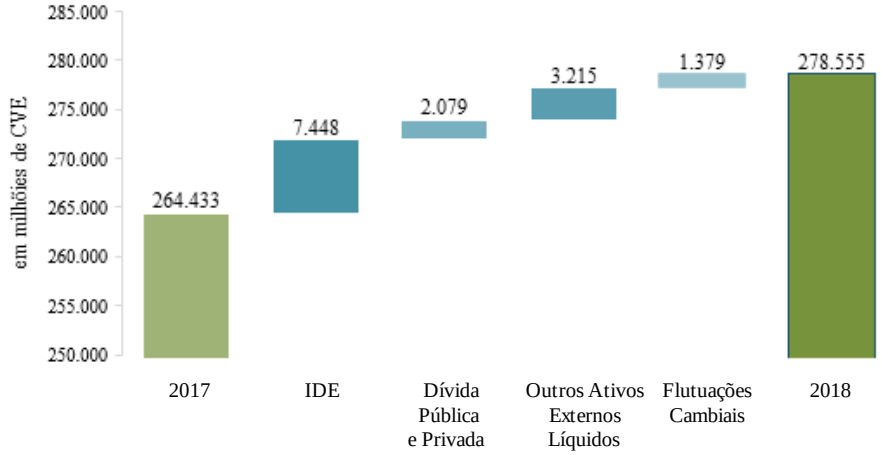
A redução do défice da balança corrente traduziu-se na diminuição das necessidades de financiamento da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, de 6,8 para 4,6 por cento do PIB, que foi acompanhada por um agravamento do défice da balança financeira, de 6,3 para 7,4 por cento do PIB.

A diminuição dos ativos externos líquidos do país resultou, em larga medida, da desmobilização das aplicações externas dos bancos, num contexto de redução das rendibilidades dos depósitos a prazo no exterior, bem como de melhoria das perspetivas macroeconómicas e da perceção do risco de crédito no país.

Figura 13. Principais Componentes da Balança Financeira



Contributos para a Evolução da Posição do Investimento Internacional



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que se refere a influxos de financiamento dos investimentos do Estado e do sector não financeiro, de notar uma redução dos desembolsos líquidos da dívida externa pública (em 4.201milhões de escudos) e de outros sectores (em 3.252 milhões de escudos), bem como uma diminuição dos influxos de investimento direto estrangeiro em ações e outras participações de capital (em 21 por cento, correspondente a 2.365 milhões de escudos).

O comportamento do IDE está associado ao efeito de base, relacionado aos investimentos que foram concluídos em 2017 e nos primeiros meses de 2018, em particular no sector do turismo, bem como a uma dinâmica mais fraca de execução de grandes projetos turísticos em curso, em parte devido a constrangimentos no auto-financiamento. A *performance* da dívida privada também acompanhou a execução aquém das expetativas dos investimentos aprovados e refletiu o efeito do financiamento de um grande projeto pelo Afreximbank em finais de 2017. Quanto à divida pública, o seu comportamento foi determinado pela execução dos investimentos públicos

e pela estratégia orçamental de maior recurso ao financiamento interno.

O melhor desempenho da balança de pagamentos traduziu-se na redução do défice financeiro do país face ao exterior (da posição de investimento internacional) de 153 para 150 por cento do PIB, em particular na diminuição da posição deficitária da dívida externa da economia de 103 para 98 por cento do PIB (e do governo de 94 para 90 por cento do PIB).

Pese embora a melhoria da sua posição externa em 2018, a economia nacional, pelo seu grau de abertura, pela sua elevada dependência de importações de bens de consumo, energia e de capital e pela concentração geográfica das suas exportações de bens e serviços no espaço da União Europeia, permanece muito vulnerável a choques exógenos, nomeadamente à flutuação cíclica da economia europeia e à volatilidade dos preços nos mercados internacionais. A implementação de políticas potenciadoras da sua eficiência, diversificação e competitividade são imperativas para aumentar a sua resiliência a choques exógenos e garantir níveis de crescimento sustentáveis e compatíveis com a ambição de melhoria do bem-estar da população cabo-verdiana.

Indicadores Selecionados do Sector Externo

	2016	2017	2018
Comércio Internacional (em %)			
Exportações de bens e serviços/PIB	43,1	45,9	48,5
Comércio Internacional de Bens e Serviços/ PIB	103,2	113,2	116,4
Quota de Mercado das Exportações [1]	1,3	1,7	3,8
Indicador de Competitividade-Preço do País (t.v.h.) [2]	1,5	0,8	0,1
Produtividade e Tecnologia (em %)			
Stock IDE/PIB	110,0	111,6	109,4
Stock IDE/Exportações de Bens e Serviços	255,4	243,2	225,5
Balança Tecnológica/PIB	-3,4	-3,0	-5,0
Regalias de Direitos de Licença/PIB	-0,1	-0,3	-1,0
Serviços de Assistência Técnica/PIB	-1,8	-1,9	-2,2
Serviços de Investigação e Desenvolvimento/PIB	-0,1	-0,0	-0,0
Outros Serviços de Natureza Técnica/PIB	-1,4	-0,7	-1,8
Financiamento e Sustentabilidade			
Rendimento de Investimentos/Exportações de Bens e Serviços (%) [3]	-9,3	-8,3	-6,1
Transf. Correntes e de Capital/Importações de Bens e Serviços (%)	29,3	26,8	25,3
dos quais:			
Donativos/Importações de Bens e Serviços	5,2	6,3	4,9
Remessas de Emigrantes/Importações de Bens e Serviços	17,0	14,1	14,2
Stock da Dívida Externa de Cabo Verde/PIB (%)	102,4	102,8	98,0
dos quais:			
Stock da Dívida Externa Pública/PIB	95,7	94,0	90,1
Stock da Dívida Externa/Exportações de Bens e Serviços (%)	237,7	224,0	202,1
dos quais:			
Stock da Dívida Externa Pública/Exportações de Bens e Serviços	222,2	204,8	185,7
Serviço da Dív. Pública Externa/Export. de Bens e Serviços (%)	6,1	6,3	5,9
Stock das Reservas Inter. Líquidas/Serviço da Dív. Pública Externa	13,7	11,4	11,0
Stock das Reservas Internacionais Líquidas/Meses de Importações [4]	7,2	5,9	5,6

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: (1) A quota de mercado das exportações é o quociente entre o crescimento das exportações em volume e o crescimento da procura externa. Sendo a Área do Euro o principal parceiro comercial de Cabo Verde, foi considerado o crescimento real das suas importações como o *proxy* da procura externa dirigida a economia nacional. (2) Corresponde à evolução da taxa de câmbio efetiva real do CVE com sinal contrário, pois um aumento da taxa de câmbio efetiva real sinaliza uma perda de competitividade-preço do país e vice-versa. (3) O rendimento de investimento inclui os rendimentos de investimento direto, de investimento em carteira e de outros investimentos. (4) Importações de bens e serviços projetadas para o ano; t.v.h. – taxa de variação homóloga.

Anexo Estatístico

Principais Indicadores Económicos e Financeiros

	Unidades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Contas Nacionas, Preços e Emprego											
Produto Interno Bruto[1]	crescimento real em %	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	0,6	1,0	4,7	4,0	5,5
Inflação Média Anual	taxa variação em %	1,0	2,1	4,5	2,5	1,5	-0,2	0,1	-1,4	0,8	1,3
Inflação Homóloga	taxa variação em %	-0,3	3,4	3,5	4,1	0,1	-0,3	-0,6	-0,2	0,3	1,0
Taxa de Desemprego	em %	13,0	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2
Sector Monetário e Financeiro											
Massa Monetária	taxa variação em %	3,3	5,9	3,3	6,3	10,5	7,8	5,9	8,4	6,6	1,7
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-1,6	3,4	-27,6	23,0	37,7	22,2	13,4	18,6	2,3	-6,5
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	10,0	7,9	12,0	3,7	3,3	2,8	2,2	3,7	6,3	2,9
Crédito à Economia[2]	em % do PIB	54,9	59,8	62,4	61,6	61,2	61,1	61,1	60,6	62,2	64,0
Dep. do Sector Privado Não Financeiro Total[3]	em % do PIB	68,5	71,5	66,4	70,8	78,6	85,6	88,6	92,9	95,4	97,1
Depósitos de Emigrantes a prazo e de poupança	em % do PIB	23,2	24,3	25,0	26,8	28,4	30,4	31,4	31,5	29,8	29,5
Taxas de Câmbio											
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	105,4	105,1	104,5	105,0	104,1	104,5	102,4	102,7	103,0	103,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	114,1	114,7	114,5	116,9	115,8	114,0	131,8	129,7	128,7	128,7
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	79,4	83,3	79,3	85,8	83,1	83,1	99,4	99,7	97,9	93,4
Sector Externo											
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-11,9	-11,1	-15,5	-13,3	-5,5	-8,6	-2,2	-3,1	-6,8	-4,6
Balança Corrente	em % do PIB	-14,6	-13,5	-16,2	-14,0	-5,9	-9,0	-3,4	-3,8	-7,7	-5,4
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	8,4	8,5	10,1	10,1	9,4	10,5	12,5	11,9	11,2	11,2
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	15,5	16,1	20,0	21,5	21,7	20,8	20,6	20,8	22,8	22,0
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	10,2	9,6	8,7	7,2	3,8	9,7	6,0	7,7	6,3	5,0
Reservas/Importações	meses	4,2	4,2	3,2	3,8	4,8	5,4	6,7	7,2	5,9	5,6
Finanças Públicas											
Saldo Global	em % do PIB	-5,8	-10,5	-7,7	-12,4	-9,3	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1	-2,6
Saldo Primário	em % do PIB	-4,5	-9,0	-6,1	-10,7	-7,2	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5	-0,1
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	38,2	50,8	56,9	68,1	78,3	89,0	97,0	95,7	94,0	90,0
Stock da Dívida Interna[4]	em % do PIB	20,0	21,4	22,6	23,2	24,2	26,9	29,0	32,0	32,6	33,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

[1] Os valores do PIB para 2017 e 2018 correspondem a estimativas do Instituto Nacional de Estatística, compilados com base na metodologia do Sistema de Contas

[2] Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

[3] Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes de todas as maturidades.

[4] Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

n.d.-Não disponível.

Contas Nacionais Definitivas – Ótica da Despesa

Produto Interno Bruto

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	Pesos 2016 (percentagem)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Consumo Final	80,5	98 067	104 603	111 547	112 865	120 265	123 619	127 167	128 676	133 410	133 415
Consumo Privado	63,2	76 770	81 864	86 839	87 328	92 864	97 656	100 330	100 180	103 491	104 750
Consumo Público	17,3	21 296	22 739	24 708	25 536	27 401	25 963	26 837	28 496	29 918	28 665
Investimento	35,3	60 730	65 376	59 501	66 024	70 277	55 921	48 622	57 148	47 906	58 449
Formação Bruta de Capital Fixo	33,1	53 944	57 285	52 337	62 625	69 128	52 844	46 337	53 317	45 681	54 886
Variação de Existências	2,1	6 787	8 091	7 164	3 399	1 149	3 076	2 285	3 831	2 225	3 563
Procura Interna	115,7	158 797	169 979	171 048	178 889	190 542	179 540	175 789	185 824	181 316	191 864
Exportações de Bens e Serviços	44,2	43 932	49 698	42 228	45 271	52 541	60 790	62 246	62 332	71 268	73 325
Procura Global	160,0	202 729	219 677	213 276	224 160	243 084	240 330	238 035	248 156	252 583	265 189
Importações de Bens e Serviços	60,0	80 755	84 979	77 396	85 591	95 159	89 978	84 312	93 720	93 884	99 407
PIB	**100,0**	**121 974**	**134 698**	**135 879**	**138 569**	**147 924**	**150 351**	**153 723**	**154 436**	**158 699**	**165 782**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Contas Nacionais Definitivas – Ótica da Despesa

Produto Interno Bruto

taxa de variação real, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Consumo Final	2,1	6,3	-0,5	3,0	1,2	1,8	2,1	3,3	0,7
Consumo Privado	1,6	6,1	-1,2	2,2	3,3	1,8	1,2	3,2	2,5
Consumo Público	3,8	7,3	2,0	6,0	-5,9	1,9	5,2	3,8	-5,5
Investimento	3,8	-9,0	10,3	1,9	-20,8	-12,7	17,3	-17,8	21,6
Procura Interna	2,8	0,4	3,3	2,6	-7,0	-2,8	6,4	-3,3	6,2
Procura Global	3,9	-3,5	4,0	4,3	-2,6	-1,9	4,5	1,0	5,7
Importações de Bens e Serviços	-0,3	-7,0	8,3	4,7	-7,8	-6,4	11,0	1,8	7,4
PIB	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	0,6	1,0	4,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Nota: (a) Contributo para a taxa de variação do PIB em pontos percentuais.

Contas Nacionais Definitivas – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	Pesos 2016 (percentagem)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ramos de Atividade											
Agricultura	7,3	9.386	9.655	10.043	9.705	10.597	11.660	11.393	10.946	11.995	12.066
Pesca	0,7	1.003	786	1.261	1.367	1.005	1.040	1.334	1.433	1.872	1.190
Indústrias Extrativas	0,4	802	1.014	774	708	612	549	595	710	566	592
Indústrias Transformadoras	5,9	5.541	6.527	6.689	7.528	8.054	8.547	8.916	9.862	10.389	9.835
Eletricidade e Água	2,7	900	1.318	2.125	1.940	2.157	3.268	3.999	4.071	5.234	4.484
Construção	8,1	13.376	16.409	16.584	14.973	15.455	13.203	13.415	14.278	12.569	13.489
Comércio e Reparação	10,1	15.389	15.540	16.833	17.610	19.003	18.785	17.278	17.720	16.179	16.678
Transportes	9,3	13.382	15.335	13.883	14.782	14.038	13.300	14.664	13.105	14.999	15.437
Hotéis e Restaurantes	5,4	4.255	4.712	4.653	4.793	5.896	8.651	9.065	8.221	7.260	8.901
Serviços de Informação e Comunicação	3,7	6.547	6.749	7.034	6.253	6.245	6.330	6.130	6.122	6.013	6.168
Serviços Financeiros e Seguros	3,9	4.844	6.016	5.316	5.119	5.077	5.237	5.377	5.986	6.138	6.439
Atividades Imobiliáirias e Outros Serviços	11,5	12.340	13.471	13.517	14.605	14.696	15.885	15.897	15.948	16.210	19.067
Serviços às Empresas	2,7	2.095	2.508	2.598	2.570	3.176	3.393	3.489	2.951	4.057	4.471
Administração Pública	15,2	15.504	16.181	17.947	19.018	21.514	21.882	23.144	24.510	25.188	25.273
Total VAB	**86,9**	**105.362**	**116.219**	**119.258**	**120.970**	**127.525**	**131.730**	**134.697**	**135.865**	**138.667**	**144.090**
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	13,1	16.612	18.479	16.621	17.598	20.399	18.621	19.026	18.571	20.032	21.692
PIB	**100,0**	**121.974**	**134.698**	**135.879**	**138.569**	**147.924**	**150.351**	**153.723**	**154.436**	**158.699**	**165.782**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Contas Nacionais Definitivas - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto

taxa de variação real, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ramos de Atividade									
Agricultura	3,4	8,2	-4,8	9,5	7,4	-3,2	-0,2	6,9	1,0
Pesca	-21,8	38,9	5,8	-31,9	30,9	20,7	0,5	18,6	-40,1
Indústrias Extrativas	23,9	-23,7	-7,9	-13,6	-34,9	4,0	7,4	-26,1	2,9
Indústrias Transformadoras	12,2	-1,0	10,3	4,9	4,1	1,8	7,7	2,7	-7,4
Eletricidade e Água	41,3	15,4	13,1	-2,3	56,5	12,9	0,6	36,5	16,8
Construção	19,1	-7,7	-11,0	0,6	-13,0	0,5	7,4	-14,0	5,9
Comércio e Reparação	-3,7	5,9	2,4	2,2	-2,1	-8,0	2,4	-9,1	4,3
Transportes	7,9	-9,2	10,3	-11,4	-6,2	7,5	-9,7	6,6	4,6
Hotéis e Restaurantes	5,9	-4,5	-4,3	20,7	34,4	3,7	-11,2	-16,5	6,7
Serviços de Informação e Comunicação	4,1	7,6	-0,6	1,9	25,7	-6,2	-1,3	-2,7	0,5
Serviços Financeiros e Seguros	21,9	-11,4	-2,8	-2,2	0,4	0,5	12,0	1,0	3,4
Atividades Imobiliáirias e Outros Serviços	4,3	-2,7	3,5	1,0	3,9	-0,1	2,8	1,5	21,4
Serviços às Empresas	14,6	5,0	-0,6	21,1	4,6	3,2	-11,9	35,6	9,5
Administração Pública	1,8	9,0	4,5	12,8	1,1	4,3	4,7	1,0	-1,7
Total VAB	6,7	0,1	1,2	3,0	3,0	0,7	1,1	0,0	4,1
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	6,2	-9,8	3,7	10,6	-10,8	1,3	-2,6	8,4	8,7
PIB	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	0,6	1,0	4,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços correntes

Ano Base = 2007, em milhões de escudos

	2016	2017	2018	2017				2018			
				1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Ramos de Atividade											
Agricultura	12.066	9.183	7.129	3.012	2.481	2.011	1.679	1.920	2.177	1.523	1.509
Pesca	1.190	1.211	1.640	266	223	402	319	355	296	628	360
Indústrias Extrativas	592	597	628	139	153	162	142	148	168	160	152
Indústrias Transformadoras	9.835	11.104	12.961	2.701	2.775	2.467	3.160	3.408	3.096	3.019	3.438
Eletricidade e Água	4.484	5.644	6.767	1.094	1.392	1.483	1.674	1.532	1.641	1.798	1.796
Construção	13.489	14.103	15.412	3.242	3.633	3.784	3.444	3.582	4.128	3.949	3.754
Comércio	16.678	17.743	19.031	4.369	4.223	4.470	4.682	4.555	4.498	4.876	5.102
Transportes	15.437	16.461	17.439	3.993	4.220	3.801	4.446	4.028	4.227	4.214	4.971
Alojamento e Restauração	8.901	9.666	10.439	2.708	1.992	2.295	2.671	3.094	2.195	2.406	2.743
Telecomunicações e Correios	6.168	5.757	5.275	1.481	1.424	1.373	1.479	1.297	1.314	1.267	1.397
Serviços Financeiros	6.439	6.895	7.401	1.718	1.700	1.705	1.771	1.745	1.849	1.958	1.848
Imobiliária e Outros Serviços	19.067	20.006	20.968	4.979	4.968	4.931	5.128	5.111	5.263	5.148	5.446
Serviços às Empresas	4.471	4.466	4.382	1.021	1.148	1.111	1.186	1.096	1.123	1.016	1.148
Administração Pública	25.273	26.530	28.437	6.261	6.572	6.921	6.777	6.523	7.420	6.993	7.501
Valor Acrescentado Bruto	144.090	149.364	157.909	36.986	36.905	36.916	38.557	38.394	39.396	38.954	41.165
Impostos Líquidos de Subsídios	21.692	24.019	27.652	5.909	5.769	5.776	6.565	6.201	6.353	6.785	8.313
Produto Interno Bruto	**165.782**	**173.383**	**185.561**	**42.895**	**42.674**	**42.692**	**45.122**	**44.595**	**45.749**	**45.740**	**49.477**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base = 2007, em milhões de escudos

	2016	2017	2018	2017				2018			
				1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Ramos de Atividade											
Agricultura	12.247	9.455	7.261	3.105	2.631	2.045	1.673	1.932	2.273	1.554	1.503
Pesca	885	931	1.215	197	171	305	258	267	217	467	264
Indústrias Extrativas	334	324	330	76	84	88	77	79	89	83	79
Indústrias Transformadoras	7.727	8.832	10.108	2.141	2.208	1.964	2.520	2.683	2.416	2.348	2.661
Eletricidade e Água	4.593	5.651	6.576	1.158	1.408	1.437	1.647	1.504	1.591	1.736	1.745
Construção	11.268	11.188	11.626	2.589	2.889	3.037	2.673	2.761	3.137	2.945	2.783
Comércio	14.348	15.495	16.811	3.773	3.687	3.912	4.123	4.010	3.983	4.317	4.501
Transportes	13.019	13.674	13.363	3.371	3.556	3.128	3.620	3.372	3.289	3.017	3.686
Alojamento e Restauração	5.487	6.272	6.556	1.719	1.294	1.515	1.744	1.973	1.388	1.501	1.694
Telecomunicações e Correios	8.438	7.886	7.367	2.014	1.945	1.885	2.042	1.803	1.836	1.772	1.957
Serviços Financeiros	5.865	6.342	6.895	1.566	1.560	1.574	1.642	1.624	1.725	1.827	1.720
Imobiliária e Outros Serviços	17.221	17.982	18.979	4.470	4.467	4.426	4.619	4.618	4.774	4.659	4.928
Serviços às Empresas	4.280	4.196	4.110	965	1.079	1.047	1.104	1.030	1.053	953	1.075
Administração Pública	22.249	22.810	24.763	5.386	5.638	5.945	5.841	5.659	6.467	6.103	6.535
Valor Acrescentado Bruto	128.014	132.031	137.602	32.741	32.729	32.590	33.971	33.842	34.504	33.679	35.577
Impostos Líquidos de Subsídios	18.923	20.782	23.611	5.113	4.991	4.998	5.680	5.325	5.445	5.780	7.061
Produto Interno Bruto	**146.899**	**152.794**	**161.229**	**37.848**	**37.713**	**37.581**	**39.652**	**39.162**	**39.944**	**39.464**	**42.660**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base = 2007, taxa de variação em cadeia em percentagem

	2016	2017	2018	2017				2018			
				1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Ramos de Atividade											
Agricultura	1,0	-22,8	-23,2	3,3	-15,3	-22,3	-18,2	15,4	17,7	-31,6	-3,3
Pesca	-40,1	5,2	30,6	18,7	-13,5	78,5	-15,4	3,5	-18,5	114,8	-43,6
Indústrias Extrativas	2,9	-2,9	1,8	15,0	10,8	4,4	-12,5	2,7	13,1	-6,4	-5,6
Indústrias Transformadoras	-7,4	14,3	14,4	2,4	3,1	-11,1	28,3	6,5	-9,9	-2,8	13,3
Eletricidade e Água	16,8	23,0	16,4	-6,3	21,6	2,1	14,6	-8,7	5,8	9,1	0,5
Construção	5,9	-0,7	3,9	15,9	11,6	5,1	-12,0	3,3	13,6	-6,1	-5,5
Comércio	4,3	8,0	8,5	-2,4	-2,3	6,1	5,4	-2,7	-0,7	8,4	4,3
Transportes	4,6	5,0	-2,3	-1,6	5,5	-12,0	15,7	-6,8	-2,5	-8,3	22,2
Alojamento e Restauração	6,7	14,3	4,5	19,0	-24,7	17,2	15,1	13,1	-29,7	8,2	12,9
Telecomunicações e Correios	0,5	-6,5	-6,6	-4,0	-3,4	-3,1	8,3	-11,7	1,8	-3,5	10,5
Serviços Financeiros	3,4	8,1	8,7	3,9	-0,4	0,9	4,3	-1,1	6,2	5,9	-5,8
Imobiliária e Outros Serviços	21,4	4,4	5,5	-1,9	-0,1	-0,9	4,4	0,0	3,4	-2,4	5,8
Serviços às Empresas	9,5	-2,0	-2,0	-19,1	11,8	-2,9	5,5	-6,8	2,2	-9,5	12,8
Administração Pública	-1,7	2,5	8,6	-10,9	4,7	5,4	-1,8	-3,1	14,3	-5,6	7,1
Valor Acrescentado Bruto	4,1	3,1	4,2	-0,7	0,0	-0,4	4,2	-0,4	2,0	-2,4	5,6
Impostos Líquidos de Subsídios	8,7	9,8	13,6	0,6	-2,4	0,1	13,7	-6,3	2,3	6,2	22,2
Produto Interno Bruto	4,7	4,0	5,5	-0,5	-0,4	-0,4	5,5	-1,2	2,0	-1,2	8,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base = 2007, taxa de variação homóloga em percentagem

	2016	2017	2018	2017				2018			
				1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Ramos de Atividade											
Agricultura	1,0	-22,8	-23,2	-16,5	-21,4	-5,9	-44,3	-37,8	-13,6	-24,0	-10,2
Pesca	-40,1	5,2	30,6	-2,0	-6,7	-8,8	55,2	35,3	27,4	53,2	2,2
Indústrias Extrativas	2,9	-2,9	1,8	-5,1	-15,2	-1,6	16,4	3,9	6,1	-4,8	2,7
Indústrias Transformadoras	-7,4	14,3	14,4	11,3	10,1	15,1	20,5	25,3	9,4	19,6	5,6
Eletricidade e Água	16,8	23,0	16,4	9,7	30,5	17,6	33,3	29,8	13,0	20,8	6,0
Construção	5,9	-0,7	3,9	-3,9	-13,4	1,1	19,7	6,6	8,6	-3,0	4,1
Comércio	4,3	8,0	8,5	13,6	4,4	7,8	6,7	6,3	8,0	10,3	9,2
Transportes	4,6	5,0	-2,3	6,0	5,3	3,0	5,7	0,0	-7,5	-3,5	1,8
Alojamento e Restauração	6,7	14,3	4,5	10,1	22,6	6,2	20,8	14,8	7,3	-0,9	-2,9
Telecomunicações e Correios	0,5	-6,5	-6,6	-9,1	-3,3	-10,9	-2,7	-10,5	-5,6	-6,0	-4,2
Serviços Financeiros	3,4	8,1	8,7	8,3	8,1	7,1	9,0	3,7	10,6	16,0	4,7
Imobiliária e Outros Serviços	21,4	4,4	5,5	7,8	2,5	6,4	1,4	3,3	6,9	5,3	6,7
Serviços às Empresas	9,5	-2,0	-2,0	-0,2	-0,7	1,4	-7,4	6,7	-2,4	-9,0	-2,7
Administração Pública	-1,7	2,5	8,6	-5,4	0,9	20,8	-3,4	5,1	14,7	2,7	11,9
Valor Acrescentado Bruto	4,1	3,1	4,2	2,0	0,8	7,0	3,0	3,4	5,4	3,3	4,7
Impostos Líquidos de Subsídios	8,7	9,8	13,6	11,4	8,7	7,3	11,7	4,1	9,1	15,7	24,3
Produto Interno Bruto	4,7	4,0	5,5	3,2	1,8	7,0	4,2	3,5	5,9	5,0	7,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Zona Económica e País de Destino

	2008	2018	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Estrutura das importações (pesos em %)		em milhões de escudos										
Europa	84,8	78,8	52.879,9	47.302,3	54.112,8	65.529,7	53.147,6	49.865,5	53.771,8	46.602,9	53.963,8	61.061,3	60.104,3
CEDEAO[1]	1,5 0,0	2,9 0,0	919,3	1.214,0	1.148,1	1.308,7	959,1	889,8	853,9	2.289,0	1.864,7	2.402,1	2.220,2
Alemanha	1,6	0,7	975,2	1.280,7	276,1	391,9	679,4	820,2	381,9	607,2	576,0	374,7	567,0
Brasil	5,7	2,7	3.528,7	2.508,1	2.300,0	2.056,1	2.646,7	2.158,5	2.129,8	2.274,6	2.338,8	2.370,8	2.088,5
Costa do Marfim	0,4	0,0	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2	34,2	28,7	99,5	90,3	581,0	34,2
Espanha	7,3	14,5	4.533,3	5.531,3	6.577,5	7.421,8	4.701,3	4.737,8	4.913,7	4.283,1	7.375,3	9.228,4	11.046,2
Est. Unidos de América	0,9	1,9	539,1	583,1	980,7	713,1	3.483,6	734,6	805,9	870,0	858,4	867,1	1.411,8
França	2,0	2,5	1.256,1	1.088,4	2.265,2	1.260,2	1.077,5	818,8	1.277,1	1.314,8	1.473,7	2.094,4	1.875,9
Itália	2,7	2,1	1.695,5	1.737,8	1.074,9	3.345,2	1.041,1	892,0	847,3	991,0	1.038,4	4.410,4	1.591,9
Países Baixos	17,0	6,1	10.576,2	9.412,2	10.373,9	14.391,1	9.859,3	12.538,2	10.062,9	7.863,6	4.839,5	4.801,2	4.613,8
Portugal	50,3	43,1	31.369,7	27.170,6	31.795,5	33.606,2	31.672,5	26.340,0	28.665,7	27.791,6	32.916,4	34.616,1	32.901,3
Reino Unido	0,9	0,2	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4	510,0	358,6	460,1	203,4	214,8	135,0
Senegal	0,7	2,0	411,7	690,8	689,6	1.053,2	461,0	762,5	711,6	833,9	753,3	910,7	1.517,4
Suécia	0,4	0,1	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1	55,7	106,3	64,6	43,6	88,6	99,5
Outros Países	10,2	24,1	6.355,1	5.674,4	4.910,8	10.527,4	9.233,7	9.683,7	14.398,6	12.601,5	13.876,2	16.633,1	18.366,4
Total	100,0	100,0	**62.323,2**	**56.219,6**	**61.829,8**	**75.140,6**	**65.698,7**	**60.086,1**	**64.688,0**	**60.055,5**	**66.383,3**	**77.191,3**	**76.248,8**

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Importações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Grupo e Produto

	2008	2018	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Peso (%)		taxa de variação nominal, em percentagem										
Bens de Consumo	**35,9**	**40,2**	**9,2**	**-5,0**	**6,4**	**8,2**	**-4,9**	**-1,1**	**1,4**	**2,1**	**13,2**	**10,7**	**2,7**
Produtos Alimentares Primários	4,9	6,2	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8	16,1	-10,4	8,9	9,1	13,7	11,9
Produtos Alimentares Transformados	19,4	20,0	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3	1,7	-3,4	7,7	3,0	13,3	-6,8
Material de Transporte	3,1	2,9	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1	-31,8	12,0	20,3	28,2	16,3	18,7
Outros Bens Consumo Duradouros	3,5	5,0	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8	-27,5	42,3	-26,3	58,8	7,1	24,0
Out. Bens Consumo, Semi-Duradouros	1,9	2,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8	5,4	25,8	2,3	30,2	-8,4	11,6
Out. Bens Consumo, não Duradouros	3,0	3,5	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8	2,1	0,2	-11,4	20,9	5,8	5,0
Bens Intermédios	**28,3**	**22,9**	**25,6**	**-22,0**	**13,6**	**2,1**	**-15,6**	**-8,0**	**13,9**	**-0,4**	**18,0**	**3,8**	**1,3**
Produtos Alimentares Primários	1,1	0,5	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3	33,0	-12,9	-46,0	32,6	-7,2	-13,1
Produtos Alimentares Transformados	0,5	0,7	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7	7,1	5,3	2,9	20,2	-1,0	30,5
Produtos Primários não Especificados	0,6	0,3	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1	-26,0	-1,2	-0,4	3,5	-13,6	38,4
Produtos Transformados para Agricultura	0,1	0,1	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0	25,8	-7,3	-2,9	30,2	-6,5	-15,2
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,3	0,7	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0	4,7	5,9	6,6	-5,7	12,7	40,6
Produtos Transformados para Confeção e Calçado	0,2	0,2	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7	-17,1	-5,7	32,2	4,7	-1,0	9,2
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,7	0,9	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8	11,8	2,7	-11,2	29,7	0,4	4,2
Produtos Transformados para Construção	15,7	9,6	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6	-13,6	17,2	0,4	14,2	2,1	-1,2
Cimento		2,6	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1	-6,1	6,1	-7,0	11,8	-1,3	-5,1
Ferro		3,9	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5	-15,0	17,5	-2,7	3,5	22,0	-2,3
Produtos Transformados para Carpintaria	2,1	1,9	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0	-17,6	29,6	-6,5	64,0	-18,4	11,1
Material Eléctrico	2,3	2,9	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8	-13,3	39,5	10,8	-3,1	17,9	-3,3
Produtos Transformados, n.e.	4,2	4,9	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6	-3,8	5,3	-3,6	36,3	-2,9	16,7
Peças e Acessórios para Materiais de Transporte	0,5	0,4	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8	7,4	-3,5	0,3	7,1	152,7	-67,8
Bens de Capital	**15,6**	**14,3**	**-31,7**	**-2,6**	**12,5**	**32,7**	**-3,8**	**-51,8**	**69,7**	**-23,6**	**11,1**	**53,2**	**-24,6**
Máquinas	9,4	8,8	-12,7	-1,7	26,1	18,0	-32,9	-22,9	90,5	-36,0	29,2	19,2	-18,7
Meios de Transporte	5,8	4,9	-49,6	-13,2	-6,2	0,1	154,2	-77,7	35,5	-12,1	3,6	141,8	-26,0
Motores	0,4	0,6	-24,2	127,5	-19,5	466,5	-87,1	32,4	-6,7	78,6	-48,2	188,7	-61,8
Combustíveis	**11,3**	**11,9**	**10,3**	**-9,2**	**12,6**	**95,7**	**-33,8**	**34,7**	**-22,3**	**-22,0**	**-24,8**	**31,8**	**19,9**
Diesel oil		6,0	1,0	-9,9	13,9	106,4	-41,6	46,2	-26,7	-20,5	-28,3	23,2	23,5
Fuel oil	1,9	3,5	53,3	17,1	-3,9	174,6	-35,2	42,5	-24,6	-12,3	-38,8	52,0	25,0
Gasolina	1,3	0,8	25,6	-54,2	44,4	-5,7	7,2	5,7	4,8	-14,2	-25,3	62,3	0,5
Artigos Diversos n.e.	**8,9**	**10,8**	**18,4**	**-3,4**	**7,5**	**12,9**	**-7,0**	**-5,8**	**12,6**	**-5,0**	**25,8**	**8,5**	**-0,6**
Total Geral	**100,0**	**100,0**	**4,1**	**-9,8**	**10,0**	**21,5**	**-12,6**	**-8,4**	**7,5**	**-7,2**	**10,5**	**16,6**	**-1,4**

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Exportações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Zona Económica e País de Destino

	2008	2018	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Estrutura das exportações (%)		em milhões de escudos										
Europa	89,51	94,27	2.156,4	2.733,1	3.557,3	5.145,7	4.225,2	5.306,1	5.762,1	5.942,9	5.936,3	4.606,5	6.659,7
CEDEAO[1]	6,12	0,03	147,3	2,3	20,0	8,3	7,0	6,3	2,3	20,6	10,7	5,4	2,0
Angola	0,00	0,00	0,0	0,2	1,5	0,1	4,3	8,0	24,8	3,2	0,0	25,8	0,0
Alemanha	0,00	0,26	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	24,3	20,5	8,0	4,1	18,2
Guiné Bissau	0,10	0,02	2,5	1,3	20,0	8,2	4,7	0,8	0,9	0,0	0,0	0,0	1,8
Países Baixos	0,49	0,36	11,8	13,5	10,4	8,4	7,5	12,0	20,0	21,3	22,5	12,4	25,7
Portugal	40,65	15,09	979,3	928,2	839,6	977,2	729,0	924,0	988,8	938,4	1.055,1	1.052,4	1.066,3
França	0,01	0,02	0,3	80,2	21,8	337,4	2,3	196,0	11,8	1,2	0,0	0,0	1,6
Espanha	37,18	65,07	895,7	1.710,1	2.685,3	3.810,5	3.483,7	3.849,5	4.295,1	4.485,0	3.981,6	2.908,2	4.597,3
Estados Unidos de América	0,36	2,49	8,6	25,2	59,6	29,7	58,7	60,1	72,1	121,9	83,0	140,4	175,9
El Salvador	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	190,7	221,6	193,1	305,0	169,0	0,0	0,0	0,0
Marrocos	2,72	0,07	65,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	331,3	210,6	58,9	27,7	5,2
Japão	0,45	0,01	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	3,2	0,6
Outros Países	18,05	16,59	434,8	2,1	59,0	74,2	53,9	461,6	649,9	700,1	996,1	719,5	1.172,1
Total	**100,0**	**100,00**	**2.409,2**	**2.760,9**	**3.697,4**	**5.436,4**	**4.565,7**	**5.714,0**	**6.723,9**	**6.671,3**	**6.206,4**	**4.893,7**	**7.064,7**

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Exportações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Grupo e Produto

	2008	2018	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Peso (%)		Taxa de variação nominal, em percentagem										
Produtos Tradicionais	58,9	81,2	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,5	-0,8	-10,8	-27,2	56,8
Produtos do Mar	58,9	81,2	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,4	-0,7	-10,8	-27,2	56,8
Enlatado	2,0	63,2	235,6	1.794,2	65,7	58,2	-18,8	12,9	20,8	-0,3	2,0	-2,4	66,7
Congelado	55,2	18,0	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0	41,0	19,7	-0,9	-22,2	-57,2	30,1
Fresco	0,3	0,0	579,9	-97,3	144,2	4.215,6	-29,7	110,5	-95,5	-91,3	0,0	0,0	-80,3
Crustáceos	1,4	0,0	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2	12,3	-82,3	-15,3	0,0	0,0	0,0
Produtos Transformados	36,6	14,3	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0	29,3	20,7	-2,1	10,7	-4,9	4,9
Calçado	14,1	5,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6	11,1	9,2	-18,0	-2,2	-10,6	16,9
Vestuário	22,4	8,9	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3	60,4	34,2	13,3	19,7	-1,7	-1,3
Outros Produtos	4,5	4,5	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1	-18,9	1,9	5,3	51,6	61,5	17,4
Total de Exportações	100,0	100,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0	25,2	17,6	-0,9	-6,8	-21,2	44,4

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Balança de Pagamentos

em milhões de escudos

	2012	2013	2014	2015	2016[P]	2017[P]	2018[P]
Balança Corrente	**-21.100**	**-8.994**	**-13.963**	**-5.317**	**-6.345**	**-13.366**	**-9.928**
Bens	-56.183	-51.253	-50.013	-47.092	-53.058	-64.178	-64.193
Exportações	15.419	16.064	21.723	15.201	15.506	18.507	25.528
Importações	71.601	67.317	71.736	62.293	68.564	82.685	89.721
Serviços	19.213	24.831	21.703	22.400	24.699	27.097	28.263
Exportações	51.082	53.673	52.342	49.878	55.897	61.045	64.461
Importações	31.870	28.843	30.639	27.478	31.199	33.948	36.198
Transportes	2.368	4.215	1.684	1.735	1.123	-882	-1.532
Viagens	23.014	25.046	24.520	24.475	29.338	33.912	34.847
Rendimento Primário	-6.438	-5.367	-7.692	-5.870	-5.909	-5.945	-4.436
Rendimentos de Investimento	-6.496	-5.376	-7.625	-5.831	-6.644	-6.592	-5.475
Rendimentos Investimento Directo	-2.774	-1.368	-2.975	-1.545	-2.847	-2.817	-2.385
Juros Dívida Externa Pública	-1.142	-1.438	-1.518	-1.320	-1.481	-1.893	-1.788
Juros Dív. Ext. Privada (Bancos e Outros Sectores)	-3.126	-3.077	-3.528	-2.992	-2.387	-2.609	-1.705
Rendimento Secundário	22.308	22.795	22.039	25.244	27.923	29.661	30.438
Transferências Oficiais	5.116	4.948	4.664	5.395	4.053	6.092	5.040
Remessas de Migrantes	14.380	13.779	15.485	18.593	16.690	16.197	17.647
Balança de Capital e de Operações Financeiras	**-25.149**	**-13.552**	**-22.104**	**-9.793**	**-13.130**	**-9.274**	**-12.231**
Balança de Capital	1.122	533	659	1.884	1.263	1.576	1.432
Balança Financeira	-26.271	-14.085	-22.762	-11.676	-14.393	-10.850	-13.663
Investimento Direto	-10.120	-4.627	-14.303	-11.123	-11.774	-9.538	-7.448
Investimento de Carteira	1.694	2.281	1.716	3.544	4.222	4.033	4.024
Outros Investimentos	-17.845	-11.739	-10.175	-4.098	-6.841	-5.344	-10.239
Moedas e Depósitos	2.489	5.796	1.594	4.498	-2.577	3.931	-6.336
Empréstimos	-19.712	-17.619	-12.096	-8.351	-3.695	-9.750	-1.970
Dívida Externa Pública	-17.751	-18.671	-15.773	-10.590	-4.454	-6.924	-2.723
Dívida Ext. Privada (Bancos e Outros Sectores)	-2.172	895	3.583	2.205	748	-2.826	762
Créditos Comerciais	-840	-876	1.109	-372	-386	-1.440	-109
Outros Ativos Líquidos	217	960	-783	127	-183	1.915	-1.824
Ativos de Reserva	4.058	5.604	7.845	3.524	9.143	-1.192	921
Erros e Omissões	-2.236	-21	-1.614	-4.720	-168	-253	-4.246
Por memória							
Balança Corrente + Balança Capital	**-19.978**	**-8.461**	**-13.304**	**-3.433**	**-5.082**	**-11.790**	**-8.496**

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Estatísticas apresentadas de acordo com a metodologia do Sexto Manual das Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional. P - Provisório.

Balança de Pagamentos

em percentagem do PIB

	2012	2013	2014	2015	2016[P]	2017[P]	2018[P]
Balança Corrente	**-14,0**	**-5,9**	**-9,0**	**-3,4**	**-3,8**	**-7,7**	**-5,4**
Bens	-37,4	-33,3	-32,4	-29,7	-32,0	-37,0	-34,6
Exportações	10,3	10,5	14,1	9,6	9,4	10,7	13,8
Importações	47,6	43,8	46,5	39,3	41,4	47,7	48,4
Serviços	12,8	16,2	14,1	14,1	14,9	15,6	15,2
Exportações	34,0	34,9	33,9	31,4	33,7	35,2	34,7
Importações	21,2	18,8	19,8	17,3	18,8	19,6	19,5
Transportes	1,6	2,7	1,1	1,1	0,7	-0,5	-0,8
Viagens	15,3	16,3	15,9	15,4	17,7	19,6	18,8
Rendimento Primário	-4,3	-3,5	-5,0	-3,7	-3,6	-3,4	-2,4
Rendimentos de Investimento	-4,3	-3,5	-4,9	-3,7	-4,0	-3,8	-3,0
Rendimentos Investimento Directo	-1,8	-0,9	-1,9	-1,0	-1,7	-1,6	-1,3
Juros Dívida Externa Pública	-0,8	-0,9	-1,0	-0,8	-0,9	-1,1	-1,0
Juros Dív. Ext. Privada (Bancos e Outros Sectores)	-2,1	-2,0	-2,3	-1,9	-1,4	-1,5	-0,9
Rendimento Secundário	14,8	14,8	14,3	15,9	16,8	17,1	16,4
Transferências Oficiais	3,4	3,2	3,0	3,4	2,4	3,5	2,7
Remessas de Migrantes	9,6	9,0	10,0	11,7	10,1	9,3	9,5
Balança de Capital e de Operações Financeiras	**-16,7**	**-8,8**	**-14,3**	**-6,2**	**-7,9**	**-5,3**	**-6,6**
Balança de Capital	0,7	0,3	0,4	1,2	0,8	0,9	0,8
Balança Financeira	-17,5	-9,2	-14,7	-7,4	-8,7	-6,3	-7,4
Investimento Direto	-6,7	-3,0	-9,3	-7,0	-7,1	-5,5	-4,0
Investimento de Carteira	1,1	1,5	1,1	2,2	2,5	2,3	2,2
Outros Investimentos	-11,9	-7,6	-6,6	-2,6	-4,1	-3,1	-5,5
Moedas e Depósitos	1,7	3,8	1,0	2,8	-1,6	2,3	-3,4
Empréstimos	-13,1	-11,5	-7,8	-5,3	-2,2	-5,6	-1,1
Dívida Externa Pública	-11,8	-12,1	-10,2	-6,7	-2,7	-4,0	-1,5
Dívida Ext. Privada (Bancos e Outros Sectores)	-1,4	0,6	2,3	1,4	0,5	-1,6	0,4
Créditos Comerciais	-0,6	-0,6	0,7	-0,2	-0,2	-0,8	-0,1
Outros Ativos Líquidos	0,1	0,6	-0,5	0,1	-0,1	1,1	-1,0
Ativos de Reserva	2,7	3,6	5,1	2,2	5,5	-0,7	0,5
Erros e Omissões	-1,5	0,0	-1,0	-3,0	-0,1	-0,1	-2,3
Por memória							
Balança Corrente + Balança Capital	**-13,3**	**-5,5**	**-8,6**	**-2,2**	**-3,1**	**-6,8**	**-4,6**

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Estatísticas apresentadas de acordo com a metodologia do Sexto Manual das Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional. P - Provisório.

Posição do Investimento Internacional Líquida

em milhões de escudos

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016P	2017P	2018P
Posição de Investimento Internacional Líquida*	**-127.235**	**-150.988**	**-188.279**	**-211.105**	**-220.369**	**-234.804**	**-244.916**	**-253.559**	**-264.433**	**-278.555**
Ativos	**57.193**	**58.857**	**60.612**	**75.087**	**97.961**	**102.193**	**114.230**	**126.170**	**134.290**	**133.966**
Investimento Direto no Estrangeiro	200	204	317	1.273	3.994	4.876	3.708	4.557	5.891	7.952
Ações e Outras Participações de Cap. e Utilidades Reinvestidas	172	176	289	947	2.096	2.775	3.548	4.457	5.787	7.640
Outras Participações de Capital	28	28	28	326	1.898	2.100	160	100	105	312
Investimento de Carteira	44	44	44	1.591	3.892	5.072	8.620	12.644	16.667	20.690
Títulos de Participação no Capital	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44
Títulos de Dívida	0	0	0	1.548	3.848	5.028	8.576	12.600	16.623	20.646
Outros Investimentos	26.706	26.182	31.499	39.445	51.795	45.874	51.829	49.203	54.436	47.003
Créditos Comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	344	192
Empréstimos	3.474	4.183	3.292	3.266	3.496	5.615	4.700	4.267	4.809	4.866
Moeda e Depósitos	11.079	9.689	15.267	23.024	34.188	26.919	33.648	31.640	34.078	28.547
Outros Ativos	12.153	12.310	12.940	13.155	14.112	13.340	13.480	13.296	15.205	13.399
Ativos de Reserva	30.242	32.427	28.752	32.778	38.280	46.371	50.073	59.766	57.296	58.321
Passivos	**184.428**	**209.846**	**248.892**	**286.192**	**318.331**	**336.997**	**359.146**	**379.729**	**398.723**	**412.521**
Investimento Direto na Economia Declarante	99.495	112.795	125.925	137.001	144.647	159.750	169.450	182.340	193.458	202.966
Ações e Outras Participações de Cap. e Utilidades Reinvestidas	93.509	105.278	115.172	129.255	139.217	153.675	163.607	176.398	188.100	197.592
Outras Participações de Capital	5.986	7.517	10.754	7.747	5.431	6.075	5.843	5.942	5.357	5.373
Investimento de Carteira	1.106	1.832	1.838	1.692	1.711	1.176	1.180	982	972	972
Títulos de Participação no Capital	658	658	658	658	658	658	658	658	658	658
Títulos de Dívida	448	1.174	1.180	1.033	1.053	518	522	323	314	313
Outros Investimentos	83.827	95.218	121.128	147.499	171.972	176.071	188.516	196.407	204.293	208.583
Créditos Comerciais	3.847	3.271	3.755	4.550	5.009	3.935	4.298	4.684	6.468	6.424
Empréstimos	73.526	84.249	99.542	119.781	137.964	152.460	162.344	169.314	176.905	180.485
Moeda e Depósitos	5.352	6.527	16.631	21.990	27.869	18.471	20.584	21.109	19.719	20.446
Outros Passivos	1.101	1.172	1.200	1.179	1.130	1.206	1.290	1.300	1.201	1.228

Fonte: Banco de Cabo Verde, Empresas, Bancos Comerciais, Ministério das Finanças.

Notas: (*) ativos - passivos; (P) Provisório. No quadro de implementação de um plano de melhoria da abrangência das estatísticas do sector externo, em linha com as recomendações de uma missão de assistência técnica do FMI, as estatísticas de 2012 a 2015 foram consolidadas com informações de transações não intermediadas pelo sistema bancário nacional, recolhidas através de inquéritos e disponibilizadas por fontes administrativas. Foi, igualmente, consolidada a classificação de algumas rúbricas, nomeadamente os ativos e passivos líquidos dos bancos. Assim sendo, os valores de certos instrumentos financeiros não são comparáveis com os dados dos anos anteriores.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Taxas de Juro (valores médios)											
Taxa Diretora do Banco de Cabo Verde	5,25	5,25	4,25	4,25	5,75	5,75	3,75	3,50	3,50	1,50	1,50
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	3,40	3,59	4,00	4,00	4,08	3,43	1,67	0,99	0,60	0,73	1,00
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	5,40	5,52	5,87	5,93	5,79	5,79	5,94	5,53	5,15	4,51	4,34
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano	9,33	9,30	9,04	8,68	9,51	9,08	8,93	8,74	8,71	7,35	8,19
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos	11,82	10,69	10,08	10,16	9,71	10,61	11,05	10,42	9,77	9,98	8,69
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos	10,43	10,12	9,83	9,26	9,25	8,87	8,87	8,76	8,61	8,66	8,50
Taxas de Câmbio (variação percentual dos valores em final de período)											
Índice Cambial Efetivo Nominal (2001=100)	105,38	105,11	104,55	105,05	104,11	104,54	104,43	102,42	102,65	103,00	103,48
Taxa de Câmbio USD/CVE	75,34	79,38	83,28	79,28	85,84	83,07	83,08	99,39	99,69	97,89	93,39
Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário ao Sector Privado (taxa de crescimento anual em final de período)											
Particulares	95,03	14,00	9,29	9,40	-2,66	1,59	-0,02	2,54	2,65	2,13	4,89
Habitação	90,57	10,87	13,26	9,27	4,04	4,07	0,44	2,74	0,26	1,04	4,59
Outros Fins	103,42	19,51	2,82	9,64	-14,38	-3,70	-1,07	2,09	8,26	4,50	5,52
Sociedades não Financeiras	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00	4,15	-2,23	4,20	4,26	10,55	0,24
Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços no Consumidor	6,80	1,00	2,10	4,50	2,50	1,50	-0,20	0,10	-1,41	0,78	1,26

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Dados sujeitos a atualização.

Operações do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016[P]	2017[P]	2018[P]
Receitas Totais	**38.657**	**37.522**	**39.679**	**37.915**	**36.688**	**37.716**	**35.408**	**41.826**	**43.220**	**49.388**	**51.857**
Receitas Correntes (excluindo donativos)	32.421	29.985	30.239	33.573	32.486	33.692	33.028	37.985	39.265	43.236	49.283
Impostos	29.402	25.530	26.241	29.581	27.573	28.099	27.465	30.252	32.304	35.909	40.657
Imposto sobre o Rendimento	8.526	8.061	7.892	8.678	8.616	8.596	8.051	9.561	10.078	11.297	12.253
Imposto sobre Bens e Serviços	13.286	11.081	12.015	13.840	12.512	13.136	12.848	14.038	14.941	16.845	19.887
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	11.723	9.747	10.521	11.603	10.405	10.523	10.151	11.283	11.986	13.365	16.222
Imposto para Serviços de Incêndio	0	0	0	0	52	45	37	35	16	8	4
Imposto sobre o Consumo	1.340	1.147	1.227	1.706	1.498	1.664	1.507	1.478	1.550	1.938	1.963
Outros Impostos	222	187	267	531	543	571	558	595	678	684	717
Imp. sobre Transações Internacionais	6.124	5.438	5.634	6.228	5.778	5.700	5.755	6.082	6.813	7.224	7.733
Outros Impostos	1.466	951	701	835	668	668	811	572	472	544	784
Segurança Social	51	46	42	37	41	43	55	46	56	60	76
Transferências	5.741	7.536	9.440	4.342	4.203	4.024	2.608	3.841	3.955	6.152	2.575
Outras Receitas	2.969	4.409	3.956	3.956	4.872	5.550	5.279	7.687	6.906	7.267	8.550
Rendimentos de Propriedade	604	904	316	339	384	476	181	994	781	975	1.828
Venda de Bens e Serviços	1.840	3.063	3.077	3.143	3.874	3.897	3.958	4.508	5.063	5.239	5.732
Multas e Outras Penalidades	309	270	376	280	332	511	704	404	676	519	433
Outras Transferências	44	58	41	85	195	32	93	39	35	28	128
Outras Receitas não Especificadas	171	113	146	109	86	635	343	1.742	350	505	429

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Operações do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016[P]	2017[P]	2018[P]
Despesas Correntes Totais	**29.142**	**32.159**	**33.099**	**34.591**	**34.409**	**35.424**	**37.297**	**41.040**	**44.015**	**45.253**	**48.587**
Despesas com Pessoal	12.439	14.207	14.810	15.679	15.886	16.601	16.885	17.058	18.252	18.595	19.425
Aquisição de Bens e Serviços	4.607	5.294	5.171	5.248	4.995	5.062	5.136	6.805	6.770	6.506	7.185
Juros Correntes	1.847	1.861	2.173	2.276	2.857	3.383	3.444	4.134	4.223	4.522	4.726
Dívida Externa	528	547	699	852	1.142	1.438	1.518	1.724	1.748	1.791	1.822
Dívida Interna	1.317	1.271	1.460	1.425	1.715	1.878	1.910	2.374	2.455	2.684	2.811
Outros Encargos	1	43	14	0	0	67	16	37	20	48	93
Subsídios	973	874	752	994	274	101	107	161	160	111	153
Transferências Correntes	3.426	3.781	4.939	4.571	4.057	4.074	4.393	4.753	4.903	5.879	6.283
Organismos Internacionais	223	357	410	204	277	248	168	291	438	269	268
Administração Pública	3.203	3.424	4.529	4.367	3.780	3.827	4.224	4.462	4.466	5.610	6.015
Beneficios Sociais	2.583	2.890	2.893	3.715	3.918	4.150	4.315	4.729	5.148	5.541	6.237
Outras Despesas Correntes	3.266	3.252	2.362	2.107	2.421	2.053	2.323	2.321	3.136	2.689	3.432
Valor a Regularizar	0	0	0	0	0	0	694	1.079	1.422	1.410	1.144
Atrasados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ativos não Financeiros	**11.605**	**13.249**	**21.164**	**14.650**	**20.878**	**16.601**	**9.487**	**6.844**	**5.003**	**9.496**	**8.140**
Compra de Ativos	12.626	13.268	21.214	14.720	20.880	16.615	9.876	7.128	5.040	9.665	8.194
dos quais: Programa de Investimento	12.373	13.129	20.961	14.623	20.799	16.546	9.801	6.971	4.881	9.505	7.917
Venda de Ativos	1.021	18	50	70	2	14	389	284	37	168	54
Saldo Total	**-2.090**	**-7.887**	**-14.584**	**-11.325**	**-18.599**	**-14.309**	**-11.376**	**-6.058**	**-5.798**	**-5.361**	**-4.869**
Saldo Total (excluindo donativos)	-7.831	-15.423	-24.024	-15.667	-22.802	-18.333	-13.984	-9.899	-9.753	-11.513	-7.444
Por memória:											
Despesa Corrente Primária	27.295	30.298	30.926	32.314	31.552	32.041	33.853	36.906	39.792	40.731	43.861
Saldo Primário (excluindo donativos)	-5.986	-13.606	-21.865	-13.391	-17.110	-15.016	-10.560	-5.801	-5.549	-7.039	-2.810
Dívida do Governo Central	**73.109**	**83.391**	**99.213**	**120.930**	**137.258**	**157.867**	**177.644**	**197.373**	**210.726**	**215.073**	**222.407**

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Operações do Sector Público Administrativo

em percentagem do PIB

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016[P]	2017[P]	2018[P]
Receitas Totais	**28,7**	**27,6**	**28,6**	**25,6**	**24,4**	**24,5**	**22,9**	**26,4**	**26,1**	**28,5**	**27,9**
Receitas Correntes (excluindo donativos)	24,1	22,1	21,8	22,7	21,6	21,9	21,4	23,9	24,7	27,2	31,1
Impostos	21,8	18,8	18,9	20,0	18,3	18,3	17,8	19,1	20,4	22,6	25,6
Imposto sobre o Rendimento	6,3	5,9	5,7	5,9	5,7	5,6	5,2	6,0	6,4	7,1	7,7
Imposto sobre Bens e Serviços	9,9	8,2	8,7	9,4	8,3	8,5	8,3	8,8	9,4	10,6	12,5
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	8,7	7,2	7,6	7,8	6,9	6,8	6,6	7,1	7,6	8,4	10,2
Imposto para Serviços de Incêndio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre o Consumo	1,0	0,8	0,9	1,2	1,0	1,1	1,0	0,9	1,0	1,2	1,2
Outros Impostos	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Imp. sobre Transações Internacionais	4,5	4,0	4,1	4,2	3,8	3,7	3,7	3,8	4,3	4,6	4,9
Outros Impostos	1,1	0,7	0,5	0,6	0,4	0,4	0,5	0,4	0,3	0,3	0,5
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	4,3	5,5	6,8	2,9	2,8	2,6	1,7	2,4	2,5	3,9	1,6
Outras Receitas	2,2	3,2	2,9	2,7	3,2	3,6	3,4	4,8	4,4	4,6	5,4
Rendimentos de Propriedade	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,6	0,5	0,6	1,2
Venda de Bens e Serviços	1,4	2,3	2,2	2,1	2,6	2,5	2,6	2,8	3,2	3,3	3,6
Multas e Outras Penalidades	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,5	0,3	0,4	0,3	0,3
Outras Transferências	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outras Receitas não Especificadas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	1,1	0,2	0,3	0,3

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2016 e estimativas trimestrais das contas nacionais para 2017 e 2018. P - Provisório.

Operações do Sector Público Administrativo

em percentagem do PIB

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016[P]	2017[P]	2018[P]
Despesas Correntes Totais	**21,6**	**23,7**	**23,9**	**23,4**	**22,9**	**23,0**	**24,2**	**25,9**	**27,7**	**28,5**	**30,6**
Despesas com Pessoal	9,2	10,5	10,7	10,6	10,6	10,8	10,9	10,7	11,5	11,7	12,2
Aquisição de Bens e Serviços	3,4	3,9	3,7	3,5	3,3	3,3	3,3	4,3	4,3	4,1	4,5
Juros Correntes	1,4	1,4	1,6	1,5	1,9	2,2	2,2	2,6	2,7	2,8	3,0
Dívida Externa	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1
Dívida Interna	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2	1,2	1,5	1,5	1,7	1,8
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Subsídios	0,7	0,6	0,5	0,7	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Transferências Correntes	2,5	2,8	3,6	3,1	2,7	2,7	2,8	3,0	3,1	3,7	4,0
Organismos Internacionais	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2
Administração Pública	2,4	2,5	3,3	3,0	2,5	2,5	2,7	2,8	2,8	3,5	3,8
Beneficios Sociais	1,9	2,1	2,1	2,5	2,6	2,7	2,8	3,0	3,2	3,5	3,9
Outras Despesas Correntes	2,4	2,4	1,7	1,4	1,6	1,3	1,5	1,5	2,0	1,7	2,2
Valor a Regularizar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,7	0,9	0,9	0,7
Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos não Financeiros	8,6	9,8	15,3	9,9	13,9	10,8	6,1	4,3	3,2	6,0	5,1
Compra de Ativos	9,4	9,8	15,3	10,0	13,9	10,8	6,4	4,5	3,2	6,1	5,2
dos quais: Programa de Investimento	9,2	9,7	15,1	9,9	13,8	10,8	6,3	4,4	3,1	6,0	5,0
Venda de Ativos	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0	0,1	0,0
Saldo Total	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-12,4	-9,3	-7,4	-3,8	-3,7	-3,4	-3,1
Saldo Total (excluindo donativos)	-5,8	-11,4	-17,3	-10,6	-15,2	-11,9	-9,1	-6,2	-6,1	-7,3	-4,7
Por memória:											
Despesa Corrente Primária	20,3	22,3	22,3	21,8	21,0	20,8	21,9	23,3	25,1	25,7	27,6
Saldo Primário (excluindo donativos)	-4,4	-10,0	-15,8	-9,1	-11,4	-9,8	-6,8	-3,7	-3,5	-4,4	-1,8
Dívida do Governo Central	54,3	61,4	71,6	81,8	91,3	102,7	115,0	124,4	132,8	135,5	140,1

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2016 e estimativas trimestrais das contas nacionais para 2017 e 2018. P - Provisório.


CO DE CABO VER
iê na es mal